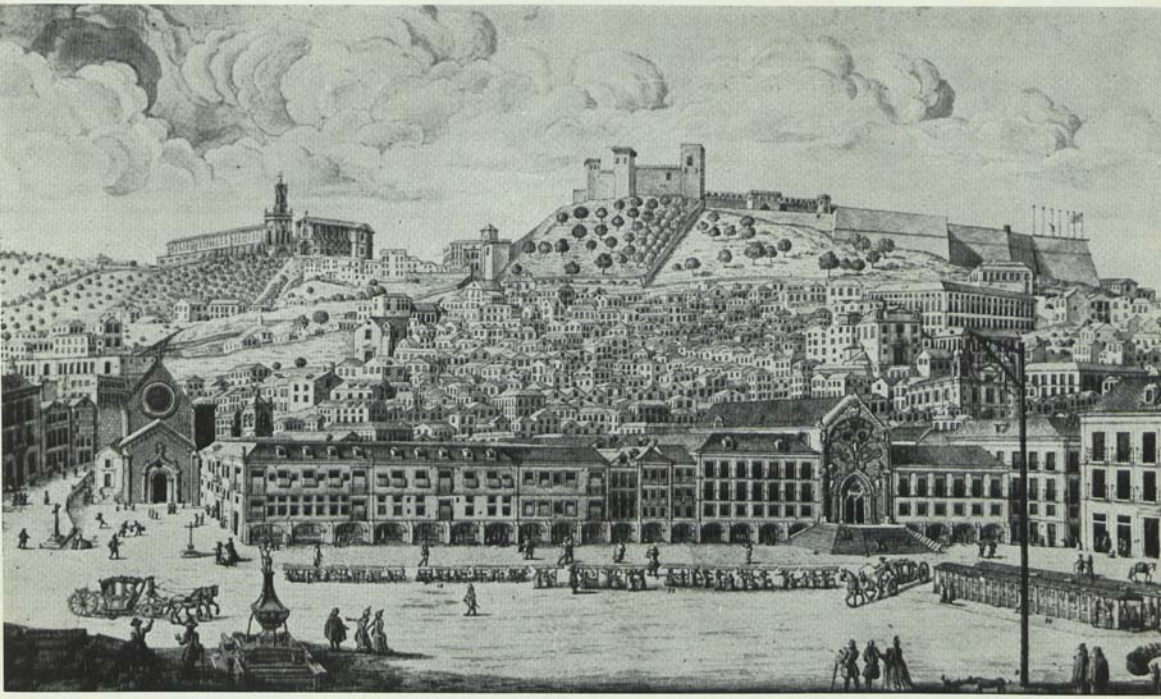
REVISTA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NA CAPA: Fragata no Tejo



VISTA DO ROSSIO ANTERIOR AO TERRAMOTO DE 1755 — DESENHO À PENA AGUARELADO A NANQUIM POR ZUZARTE — SECULO XVIII

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR
HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRÁFICO
ALFREDO THEODORO

DESENHOS DE
BRAVO
JCLIO GIL
LUIS OSÓRIO

ANO XXVIII — NÚMEROS 112/113 — 1.º E 2.º TRIMESTRES DE 1967

OS ARTIGOS PUBLICADOS SÃO
DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

SUMÁRIO

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA LISBOA MUÇULMANA
JOSÉ GARCIA DOMINGUES

CIDADE EM FLOR
FERNANDA DE CASTRO

MADEIRA E MADEIRENSES NA TOPONÍMIA DE LISBOA
ÁLVARO REIS GOMES

HÁ MAIS DE CEM ANOS QUE SE EFECTUAM CIRCUITOS TURÍSTICOS DE LISBOA
COSTA GARCEZ

RECONDUÇÃO DO GENERAL FRANÇA BORGES NA PRESIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LISBOA

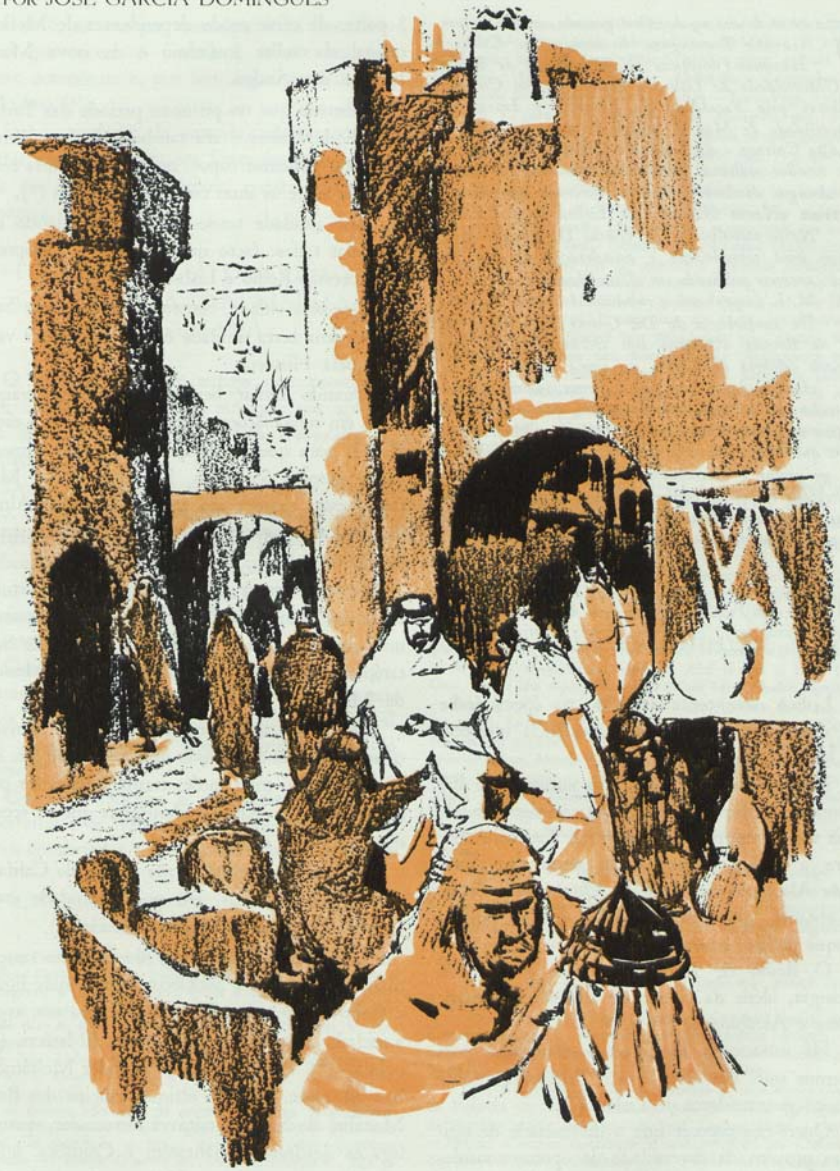
O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE PARIS VISITA LISBOA

NA NOITE DE SANTO ANTÓNIO — O DESFILE COLORIDO DAS MARCHAS POPULARES DE 1967

POVOADO NEOLÍTICO DE VILA POUCA (SERRA DE MONSANTO)
IRISALVA MOITA

ACONTECIMENTOS CITADINOS

POR JOSÉ GARCIA DOMINGUES



ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA LISBOA MUÇULMANA

Na noite do dia 19 de Abril passado, o Sr. Dr. José Garcia Domingues, licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e diplomado em Ciências Arábicas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madrid, antigo Bolseiro do Instituto de Alta Cultura e da Fundação Calouste Gulbenkian, para estudos arábicos, pronunciou, no salão do Grupo dos Amigos de Lisboa, uma conferência subordinada ao tema «Novos Aspectos da Lisboa Muçulmana».

Nesse trabalho, o Dr. Garcia Domingues apresentou uma remodelação e actualização de um seu estudo anterior publicado em «Oito Séculos de História» da C. M. L. (1947) sob a rubrica «Arabes e Moiros».

Da conferência do Dr. Garcia Domingues vai sair na Revista «Olisipo» um trecho, referente aos homens célebres de Lisboa na época árabe.

Atendendo ao interesse do tema, inserimos aqui o trecho da mesma conferência em que o autor se ocupou dos aspectos geográficos da Lisboa Muçulmana e em que apresentou descrições da Lisboa Muçulmana por geógrafos e historiadores árabes até aqui pouco conhecidos e outras, conhecidas mas de origens ignoradas ou mal estabelecidas e que ora é possível assinalar nas suas fontes remotas.

LISBOA MUÇULMANA

CIDADE, DISTRITO, PROVÍNCIA E REINO

Lisboa deve ter constituído na época árabe um distrito ou «kora» na dependência indirecta de Mérida (1).

No entanto, não faltam os autores que lhe chamam também província (2); designação de mais vasta compreensão territorial. Também chamam a Lisboa Reino. Estão neste caso Ibne Saíde Almágribi e Abulfeda. Quere-nos parecer, no entanto, que esta designação é mais poética do que político-administrativa (3).

O Reino de Lisboa, segundo Ibne Saíde abrangia, além da cidade de Lisboa, Santarém, Sintra e Alcabideche (4).

Há uma certa lógica nesta concepção pois sabemos que, em certa época, Santarém recebia os seus governadores de Lisboa (5).

Quere-nos parecer que a diversidade de opiniões provém da diversidade de épocas consideradas.

Assim, durante o Amirato e o Califado, Santarém e Lisboa deviam ter constituído distritos à parte, de certo modo dependentes de Mérida, capital da velha Lusitânia e da nova Marca Inferior dos Árabes.

Sabemos que no primeiro período das Taifas, o Cadi de Lisboa o era também de Santarém e portanto, podemos supor, nessa altura, uma certa unidade entre as duas cidades ou regiões (6).

Essa unidade ter-se-ia reforçado quando das segundas taifas, facto que justificaria o emprego da expressão Reino e Lisboa.

Que esta cidade, constituía, então, com Santarém, uma certa unidade é o que podemos verificar pela História.

Quando Omar ben Alaftas, Almotaváquil entra em negociações com Afonso VI de Leão e Castela para que este o ajude contra os Almorávidas, entrega Santarém, Lisboa e Sintra. Mais tarde, estas cidades são arrebatadas pelos Almorávidas aos Leoneses e depois reconquistadas por estes.

Então fizeram parte do Condado Portucalense doado ao Conde D. Henrique, constituindo uma unidade com o nome de Condado de Santarém, governado pelo Conde Soeiro Mendes da Maia.

Perdidas, de novo, pelos portucalenses, quando da grande invasão almorávida de Sir, em 1111, seriam, mais tarde, recuperadas pelos portugueses de D. Afonso Henriques que as reconquistaram em 1147 (7).

Há pois um período entre os fins do Califado e as segundas taifas, em que a unidade entre Lisboa e Santarém parece ter sentido (8).

No entanto, nos inícios do domínio muçulmano na Península Santarém esteve mais ligada a Coimbra do que a Lisboa. Coimbra era, então a cidade importante, como diz Al-Istácri (século X) (9). E assim o dá a entender Mohâmede ben Mozaine, filho do último príncipe dos Banu Mozaine de Silves e notável historiador, quando liga os destinos de Santarém e Coimbra, informando que essas duas cidades acabaram por se render pelo que os seus habitantes puderam ficar senhores das terras (10).

Parece, assim, que numa primeira fase, Santarém pertenceu a Coimbra, numa segunda obteve autonomia e, por fim, ligou-se ao destino de Lisboa (11).

Lisboa, isolada, de entrada, acabou por encontrar uma fiel aliada em Santarém que a auxiliava em todas as hipóteses, contra o Cristão ou contra o Mouro (12).

FONTES PARA A DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA DA LISBOA MUÇULMANA

O documento mais antigo que possuímos sobre a Lisboa muçulmana em que nos aparece uma descrição desta cidade é a *Geografia* de Ahmede Arrázi.

Desta obra perdeu-se o original árabe. No entanto, temos dela uma tradução portuguesa feita, na Idade Média, por Frei Gil Péres e Mestre Mafamede Alarife e versões castelhanas desta tradução portuguesa no manuscrito de Santa Catalina de Toledo, no de Ambrosio de Morales e noutros (13).

Com base em todos estes textos e em pequenas citações de Arrázi que encontrou em vários autores árabes, tentou Levi Provençal uma reconstituição do texto original árabe de Arrázi (14).

Como a tradução e as versões são muito imperfeitas e as transcrições muito escassas, estávamos condenados a grandes dúvidas se não fosse

(1) Provençal entende que eram «Koras» no Ocidente do Andaluz, Ossónoba, Beja, Lisboa, Santarém e Coimbra. Dum modo geral, a designação que se dá a Lisboa é a de «madina», no entanto encontramos em Almácári a expressão «Kora» quando diz: *bi Kûra Axbûna* (no distrito de Lisboa) V. Al-Maqqarî-Nafh: Al-T:îb—Analectes sur l'Histoire et la Littérature des Arabes d'Espagne — texto árabe publicado por R. Dozy, G. Dugat, L. Krehl e W. Wright — 2 Vols. 1855/61 — Leide. I, pág. 96.

A palavra «Kura» é de origem bizantina. Empregou-se pela primeira vez na Hispânia por 752, quando se disse que Abul-Catar distribuiu as tropas dos «junds» pelas diferentes províncias ou Koras. O autor do «Akhbar Majmu'a», fala já da Kora de Reyo.

(2) Os termos árabes para designar província são *Iqlîm* e *A'mal*, no entanto estes termos também podem indicar distrito. Os conceitos variam com as épocas, as regiões e os autores.

(3) O termo usado para designar reino é o de *Mamlaka*, pl. *Mamâlik*. Ibne Saíde Almágribi — «Al-Mugrib fî h:ula Al-Magrib» ed. de Xauqî Dhayf-Cairo — 1953, 2 Vols. I, pág. 409. Aboulféda — Taqwîn Al-Buldân — Géographie — Texto árabe por Reinaud e Slane — 1840 — Paris. Págs. 172/3.

(4) V. obra citada de Ibne Saíde Almágribi, pág. 410.

(5) Quem afirma que Santarém recebia os seus governadores de Lisboa é Abulfeda. V. obra citada, pág. 173, quando diz que «os seus valis eram enviados de Lisboa».

(6) Ibne Abdalbar, notável jurisconsulto de Córdova diz-se que foi cadi de Lisboa e de Santarém. Não podemos estar certos de que tenha sido ao mesmo tempo, cadi das duas cidades, coisa um tanto estranha. No entanto, outros casos há em que supomos ter de admitir o exercício simultâneo desta função em várias cidades. Assim, quando se diz em Ibn Pascoal (V Assila — Biblioteca Arabico-Hispana, ed. de Codera, 2 Vols. 1883/95, I, pág. 105, n.º 1117) que Humane ben Ahmede ben Abdaíá ben Mohâmede ben Akdara ben Humane ben Hakime ben Soleimane ben Abdarramão ben Sálih Al-Atrûx foi nomeado cadi de Évora, Santarém, Lisboa e de todo o Ocidente, nos tempos de Almodáfar e de seu irmão e durante os governos de Al-Mahdi, de Solerimane e de Almuwayade, não nos parece que se trate de exercícios em diferentes períodos, mas sim de uma superintendência sobre toda a região, no aspecto jurídico.

(7) Sobre este assunto veja-se o que escrevemos em «Árabes e Mouros» estudo integrado em «Oito Séculos de História» publicação monumental da C. M. L., sob a orientação de Matos Sequeira — Lisboa — 1947, Fasc. V, págs. 97/98.

(8) Este sentido justifica-se plenamente em Edrîci em cuja *Geografia* se diz que Lisboa, Santarém e Sintra constituiam uma província, a província da Balata (Balât:a).

(9) Al-Istácri escreve: «Santarém é um distrito vasto que tem como capital Coimbra». V. Al-Massalek wal Mamalek by Is:takhry re-edited by Muh. G. Abd el Aal el Hini (D. Lit.). Under the supervision of Professor Muh. Shafik Ghurbal — Cairo — 1961 — Dar el-Kalum, pág. 36, linha 7.

(10) Escreve o Embaixador Algassâni na «Nobre Carta dirigida às províncias espanholas» inserta no volume «Historia de Aben Alcotia El Cordobês» publicada pela Real Academia de História de Madrid, sob a direcção de D. Julian Ribera — 1926 — Madrid — págs. 163/184: «E diz também Mohâmede (ben Mozain) que Santarém e Coimbra não tiveram as suas terras repartidas, como sucedeu noutras localidades».

Mohâmed ben Mozain é o filho do último príncipe de Silves dos Banu Mozain, que se distinguiu como historiador. A sua «História do Andaluz» perdeu-se, mas o Embaixador Algassâni ainda podia dispor de um seu exemplar. Algassâni foi embaixador de Marrocos na Corte de Espanha no século XVII.

(11) É essa, pelo menos, a evolução que parece mais provável.

(12) Tanto em Lisboa como em Santarém havia uma numerosa população moçárabe. Assim, também quando se tratava de lutar contra o Mouro, Lisboa e Santarém se podiam aliar, sob influência dos Cristãos do Norte.

(13) A tradução portuguesa encontra-se na «Crónica Geral de Espanha de 1344» publicada pela Academia Portuguesa de História, sob a orientação do Prof. Lindley Cintra — 1953 — Lisboa, a versão castelhana e suas variantes na Chronica del Moro Rhasis publicada por D. Pascoal de Gayangos em «Memorias de la Academia de la Historia», tomo VIII, 1850, Madrid.

(14) Lévi Provençal «Description de l'Espagne d'Ahmad Al-Razî» in: Al Andalus» — 1953 — Vol. XVII, Fasc. I — Madrid.

a circunstância feliz de ter aparecido o manuscrito de uma valiosa obra de Ibne Gálibe, autor do século XI, em que se transcreve grande parte da referida *Geografia* de Ahmede Arrázi ([15]).

No que diz respeito a Lisboa, temos a sorte de possuir o texto árabe. Com base nesse texto e na tradução medieval portuguesa e atendendo às lições de Provençal, damos, a seguir, a descrição de Lisboa na *Geografia* de Ahmede Arrázi:

> «*Lisboa é uma cidade antiga, situada a ocidente de Beja* ([a]) *e a ocidente de Córdova* ([b]). *Há nela muitas riquezas e frutas saborosas* ([c]). *Nela se pode praticar a caça em terra e a pesca no mar* ([d]). *Os seus falcões de montanha são os de vôo mais resistente e de mais fina raça* ([e]). *Nos seus montes há colmeias de abelhas cujo mel é puro e branco como o açúcar. Pode ser colocado num pano de linho pois não tem humidade* ([f]). *A cidade de Lisboa situa-se sobre o rio Tejo, muito perto do sítio onde este entra no mar* ([g]). *Lisboa tem povoações sob a sua dependencia: uma delas é Almada, outra Ossumo e outra Sintra* ([h]).
>
> *Em Almada há um veiro de fio de oiro* ([i]). *Entre Lisboa e Almada estende-se um braço de mar que entra pelo Tejo* ([j]).
>
> *Na divisória entre Beja e Lisboa há uns montes a que chamam os Montes de Banumocer e a que os habitantes chamam Arrábida* ([k]).
>
> *No litoral de Lisboa o mar lança âmbar excelente* ([l]) *e que não se assemelha ao da India, antes é de outro modo constituído* ([m])».

A *Geografia* de Al-Údri foi recentemente descoberta numa mesquita de Jerusalém e publicada por Abdalazia Al-Ahwâni, Prof. da Universidade do Cairo ([16]).

Infelizmente não está completa e faltam-lhe os fragmentos em que se descrevia a região hoje portuguesa, isto apesar de ter referências históricas à tomada de Coimbra por Almançor e à de Silves por Almotadide.

No entanto, na *Geografia* de Cazuíni, há uma transcrição da descrição de Lisboa na *Geografia* de Al-Údri e aí se pode ler ([17]):

> «*Junto de uma porta de Lisboa conhecida por Porta da Alfama, há uma fonte de águas termais, perto do mar, pela qual sai água quente e água fria. E quando a maré enche, cobre-a.*
>
> *Próximo de Lisboa encontra-se uma caverna grande na qual entram as águas do mar e à entrada da caverna há uma montanha alta. Quando as ondas entram em turbilhão na caverna vê-se a montanha estremecer com o movimento das ondas e quem olha para ela vê umas vezes elevar-se, outras abaixar-se.*
>
> *Nos arredores de Lisboa existe uma montanha na qual se encontram pedras* barâd *(fosforescentes). Estas pedras brilham de noite, como lâmpadas. Informou quem já foi ao cimo desta montanha que estas pedras, com efeito, iluminam como se fossem lanternas. Esta montanha é uma mina de ónix* ([18])».

A *Geografia* de Al-Bacri, na parte referente ao Andaluz, perdeu-se. No entanto, podemos encontrar na obra de Ibne Xabbât: algumas transcrições dela, como as das descrições de Ossónoba, Beja e Lisboa ([19]).

Sobre Lisboa disse Al-Bácri:

> «*A cidade de Lisboa fica a ocidente de Beja. É uma cidade antiga no litoral do mar. As ondas batem nas suas muralhas que são uma construção excelente, de boa qualidade. A sua porta ocidental tem sobre ela um arco que se apoia em colunas de mármore e estas em bases também de mármore.*
>
> *A porta ocidental conhecida por Porta da Alfôfa abre sobre uma planície vasta que é percorrida pelas águas de dois rios que vão dar ao mar. Tem uma porta meridional chamada Porta do Mar. As águas do mar entram nela, quando da maré e elevam-se*

nas muralhas até a uma altura de 3 braças. A porta oriental é também conhecida por Porta da Alfama. A fonte de águas termais fica junto dela e do mar, com duas águas: água quente e água fria. Quando vem a maré, cobre-a. Há uma outra porta oriental conhecida por Porta do «Masniq» ([20])».

Esta descrição é de uma grande importância porque nos revela qual a fonte de Al-Hímyari, o grande geógrafo do século XV. Como se verifica presentemente, Al-Hímyari, copiou Al-Bácri ou aquele a quem Al-Bácri segue, sem o mencionar, o que não pode deixar de ser estranho em escritor tão objectivo, escrupuloso e exacto.

Já do século XII é a descrição de *Edríci*. Apesar de muito conhecida, não queremos deixar de a recordar aqui:

«Lisboa está construída na margem setentrional do rio a que chamamos Tejo. Este rio é aquele sobre o qual se situa Toledo. A sua largura, junto de Lisboa, é de 6 milhas e a maré na enchente e na vazante, faz-se aí sentir fortemente. É uma cidade bonita que se estende ao longo do rio. Tem muralhas e uma alcáçova inexpugnável. No meio da cidade há fontes de água quente quer de Inverno quer de Verão.

Lisboa está próximo do Mar das Trevas (Oceano Atlântico) e na margem oposta, em frente dela, fica o Forte de Almada assim chamado porque, com efeito, o mar lança ali palhetas de ouro sobre a praia. E quando vem o Inverno, os habitantes da região vão junto do forte à procura deste metal e aí se dedicam a isso enquanto dura o Inverno. É um facto extraordinário que tivemos ocasião de ver com os nossos próprios olhos.

Foi da cidade de Lisboa que se fez a partida dos Aventureiros que navegaram pelo Mar das Trevas para saber o que havia nele e verificarem os seus limites, como dissemos atrás. Em Lisboa, num lugar próximo da Alfama há uma rua cujo nome se relaciona com eles, conhecida por Rua dos Aventureiros ([21])».

Segue-se a narrativa da expedição dos Aventureiros a que aludiremos noutro lugar.

Yacute, do século XII como Edríci, fala de Lisboa atribuindo ao seu nome duas grafias, como se fossem duas cidades distintas: *Axbúna* e *Lixbúna*. No entanto, ele reconhece que é uma só.

No título *Axbúna* escreve:

«É uma cidade do Andaluz. Também lhe chamam Lixbúna. Confina com Santarém. Fica próximo do Mar Envolvente (Oceano Atlântico). Encontra-se nas suas costas um âmbar superior a todas.

([15]) Lut:fî 'Abd Al-Badî' — Nas:s: andalus jadîd — 1962 — Cairo.

a) Texto árabe em Ibne Saíde Almágribi «Mugrib» e em Yacute, «Mu'jam Al-Buldân».
b) Texto árabe em Yacute.
c) Texto árabe em Ibne Gálibe e em Ibne Saíde Almágribi, com expressões diferentes.
d) Texto árabe em Ibne Gálibe e Ibne Saíde Almágribi.
e) Texto árabe em Ibne Gálibe, Ibne Saíde Almágribi e Almácari, com expressões diferentes.
f) Texto árabe em Ibne Gálibe, Yacute, Cazuíni, Ibne Saíde Almágribi e Almácari, com expressões diferentes.
g) Texto árabe em Yacute.
h) Texto árabe em Ibne Gálibe.
i) Texto árabe em Ibne Gálibe e Yacute.
j) Não foi encontrado o texto árabe correspondente.
k) Sem texto árabe correspondente, possìvelmente, acréscimo do tradutor.
l) Texto árabe em Ibne Gálibe, Yacute e Almácari.
m) Texto árabe em Ibne Gálibe e Almácari, com diferentes formas.

A diversidade das formas, termos e expressões, pode provir de originais diferentes, de cópias diferentes ou apenas do facto de se transcrever por outras palavras e outras frases procurando-se dar a mesma ideia.

([16]) Ah:mad ben 'Umar ben Ânas Al-'Udhrî—Fragmentos geográfico-históricos de Al-Masâlik ilâ Jamî' Al-Mamâlik — Edição crítica pelo Dr. 'Abd Al-'Aziz Al-Ah:wânî — 1965 — Madrid.

([17]) Zakariya ben Muh:ammad ben Mahmud Al-Cazwini's Kosmographie — 2.ª parte — Kitàb Athâr Al-Billâd — 1848 — Gotinga.

([18]) Pág. 372 da obra citada. Não há tradução da obra de Cazuíni. A tradução que apresentamos é nossa.

([19]) Esta é uma revelação do Dr. Al-Abadi, Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Alexandria e nosso presado amigo, que vai, em breve, publicar um estudo em que versará o problema. A sua amabilidade e amizade permitiram-nos conhecer e poder utilizar o texto do seu trabalho antes de publicado. Extraímos dele o que interessa à região portuguesa. Aqui, mais uma vez, muito lhe agradecemos.

([20]) Na transcrição de Al-Hímyari chama-se-lhe Porta do Cemitério (Bâb Al-Maqbara).

([21]) Muh:ammad ben Muh:ammad ben Abdallah ben Idrîs (Abû Abdallah) — Description de l'Afrique et de l'Espagne. Texto árabe e tradução francesa por R. Dozy e M. J. de Goeje—1866—Leide. A tradução portuguesa é nossa.

Diz Ibne Haukal que fica na confluência do rio de Santarém com o mar. E, da boca do rio onde está Almada até Lisboa e até Sintra são dois dias.

Provêm dela alguns homens notáveis, entre os quais Abu Isaac Ibrahime ben Hárun ben Calafe ben Abdalmálique ben Saíde o Masmuda; dos Berberes, que foi conhecido como o asceta de Lisboa. Ouviu lições de Mohâmede ben Abdalmálique ben Himane, de Cácime ben Acebeque e de outros. Era firme no que escrevia e digno de confiança (22)».

No título *Lixbûna* podemos ler:

«*É uma cidade do Andaluz. Confina a sua província com a de Santarém. É uma cidade antiga, na orla do mar. Fica a ocidente de Córdova. Nas suas montanhas há falcões de raça pura e o seu mel é melhor do que todo o outro mel do Andaluz. Chama-se al-adhirmî. O seu aspecto é o do açúcar, de maneira que, quando se embrulha num pano não suja.*

Ela (cidade de Lisboa) está construída sobre o rio Tejo e o mar encontra-se próximo. Há aí uma mina de ouro puro. Acha-se na sua orla marítima âmbar do melhor. Tomaram-na os Francos no ano de 573. (Deve ser 543, mais próximo da data real de 1147). Ela, como penso, tem continuado nas mãos deles até agora (23)».

Nesta segunda descrição vê-se imediatamente a influência da descrição de Arrázi.

O que há de mais interessante em Yacute é que ele nos dá os nomes de algumas povoações nos arredores de Lisboa, como Sacavém, donde era natural o poeta Tutil ben Ismaíl Al-Saqabâni (o sacavenense) de que cita uns versos e Munt Axyun a que também chama Munt Assum e que designa como cidade (24).

Ibne Saíde Almágribi cuja *Geografia* acaba de ser publicada, pouco nos fala de Lisboa, mas dá-nos as suas coordenadas geográficas:

Lisboa (L 6° 50′ I 42° 40′). E acrescenta:

«*Ao norte e a ocidente da cidade há grandes albufeiras de água salgada. Os viajantes dizem que o rio Tejo se vai alargando até à sua foz e chega a medir 10 milhas.*

Ao norte e a 30 milhas de distância, encontra-se a cidade de Sintra em cuja costa se colhe muito âmbar (25)».

Cazuíni, geógrafo oriental dos séculos XII e XIII, faz uma descrição de Lisboa em que denota haver lido Ahmede Arrázi e logo transcreve Al-Údri. Noutro ponto, transcreve pura e simplesmente Arrázi. Não tem, portanto, um texto original. Chama a Lisboa *Axbûna* e depois *Lixbûna* (26).

Em *Dimaxqui* encontramos uma referência muito breve a Lisboa:

«*Lisboa está situada na costa do Oceano, nas proximidades destas duas cidades (Beja e Silves) e nas de Ossónoba. Encontra-se aí âmbar excelente. Perto de Lisboa há uma montanha com minas de* bajaj *vermelho que brilha, à noite, como um archote* (27)».

Abulfeda, na sua *Geografia* fala-nos também de Lisboa. Dá-nos referências a coordenadas geográficas. Diz-nos que Lisboa se situa a uma longitude de 7° e 55 e a uma latitude de 42° e 40 milhas. Coloca Lisboa no clima 5° no Andaluz e acrescenta:

«*Ao norte de Lisboa há uma albufeira de água salgada e a seu ocidente o mesmo.*

É a séde de um Reino que fica junto do Mar Circundante (Oceano Atlântico), a noroeste de Sevilha. Lisboa é uma cidade importante a ocidente de Beja. Tem hortas e frutas excelentes como outras não há. Os seus falcões são dos melhores.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BELÉM

Esteve, nos últimos tempos, dependente de Badajoz e do seu rei Ibne Alaftas.

Entre as suas regiões está a de Sintra. Em Sintra há maçãs célebres pelo seu tamanho e pela sua qualidade.

Diz Ibne Saíde que de Lisboa até ao Mar Circundante (Oceano) são 30 milhas. E que está ao lado do rio Budânis ([28])».

Uma análise deste texto leva-nos à conclusão de que, para a sua notícia, Abulfeda se serviu fundamentalmente de Arrázi e de Ibne Saíde Almágribi.

A descrição de Lisboa de *Al-Himyari* no seu *Kitâb Al-Rawdh,* era, até há pouco, a mais substancial ([29]).

Sabemos agora, que ele se limitou a copiar Al-Bácri e Edríci. As únicas novidades que encontramos nele é o nome de *Qûdya* como designação antiga da cidade de Lisboa e o de *Bâb al-Maqbara* (Porta do Cemitério) para o da porta mais oriental de Lisboa.

Referimo-nos agora ao manuscrito geográfico anónimo de Rabat ([30]).

O manuscrito está muito mal tratado. No entanto, comparando o seu texto com os já estudados, vemos que inclui informações de vários pelo que deve ser posterior a eles. Sobre algumas cidades portuguesas como Portucal (Porto), Santarém e Silves dá-nos algumas novidades. Assim é que parece elogiar as mesquitas de Portucal e de Santarém e os mercados de Silves. No entanto, no que diz respeito a Lisboa não encontrámos qualquer novidade de importância. Repete textos já conhecidos.

Almácari, o famoso historiador marroquino dos séculos XVI e XVII, falando do Ocidente do Andaluz, diz que há nele Sevilha, Mérida, Lisboa e Silves ([31]). E acrescenta, quanto à província de Lisboa, que tem na sua dependência Santarém.

Descreve-nos depois, o distrito de Lisboa nos seguintes termos:

«No distrito de Lisboa que confina com o de Santarém, há minas de ouro. Nele existe mel que se coloca em sacos de Kitân *(linho) e não se nota humidade, pois é como o açúcar.*

Nos seus arredores encontra-se âmbar que não é ultrapassado senão pelo axajari ([32]).

Nos arredores de Lisboa há uma montanha que brilha durante a noite com luzes que se assemelham a lâmpadas e pedras preciosas vermelhas. Fica nas proximidades da fortaleza de Montemor. (Munt Mayûr — Montemor-o-Velho) ([33])».

Para quem conhece os textos anteriores, será fácil verificar que o autor se serviu das descrições de Arrázi e de Al-Údri, dos séculos X e XI, respectivamente.

([22]) Yâqût ibn 'Abd Allâh Al-H:amawî — Mu'jam Al-Buldân — 1906 — Cairo. 10 Vols. I, pág. 253.

([23]) Idem — VIII, pág. 328.

([24]) Sacavém — Vol. V, pág. 281 Munt Axyûn, Vol. VIII, pág. 181.

([25]) Ibne Saíde Almágribi — Kitâb bast: al-ardh fî l-t:ûl wa l'ardh — obra publicada pelo Instituto Muley El-Hasan — 1858 — Tetuão. Há tradução parcial espanhola de Juan Vernet Gines — España en la Geografia is Ibn Sa'id Al-Magribî in Tamuda — 1958 — Tetuão. Ano VI. Semestre II. V. Págs. 307-326.

([26]) V. obra citada de Cazuíni. Págs. 333 e 372.

([27]) Adimaxqî Abû Abdallah Muh:ammad ben Abî Talib Al-Ans:arî Ab-Sufî Xams Al-Dîn — Kitâb Nukhbat Ad-Dahr fî 'Ajaib al Darr wa l-bah:r. — publicado por A. F. Mehren, em 1866 — S. Petersburgo — Há tradução francesa de A. F. Mehren — Manuel de Cosmographie du Moyen Age — 1874 — Copenhague, Lisboa, pág. 353.

([28]) Aboulfeda—Taqwin Al-Buldân—Géographie—Texte arabe par Reinaud e Slane — 1840—Paris. Há tradução francesa em Aboulféda — Géographie d'Aboulféda — traduite de l'arabe par Reinaud et St. Guyard — 1848 — Paris — Servimo-nos do texto árabe págs. 182-183. Trad. francesa a págs. 244.

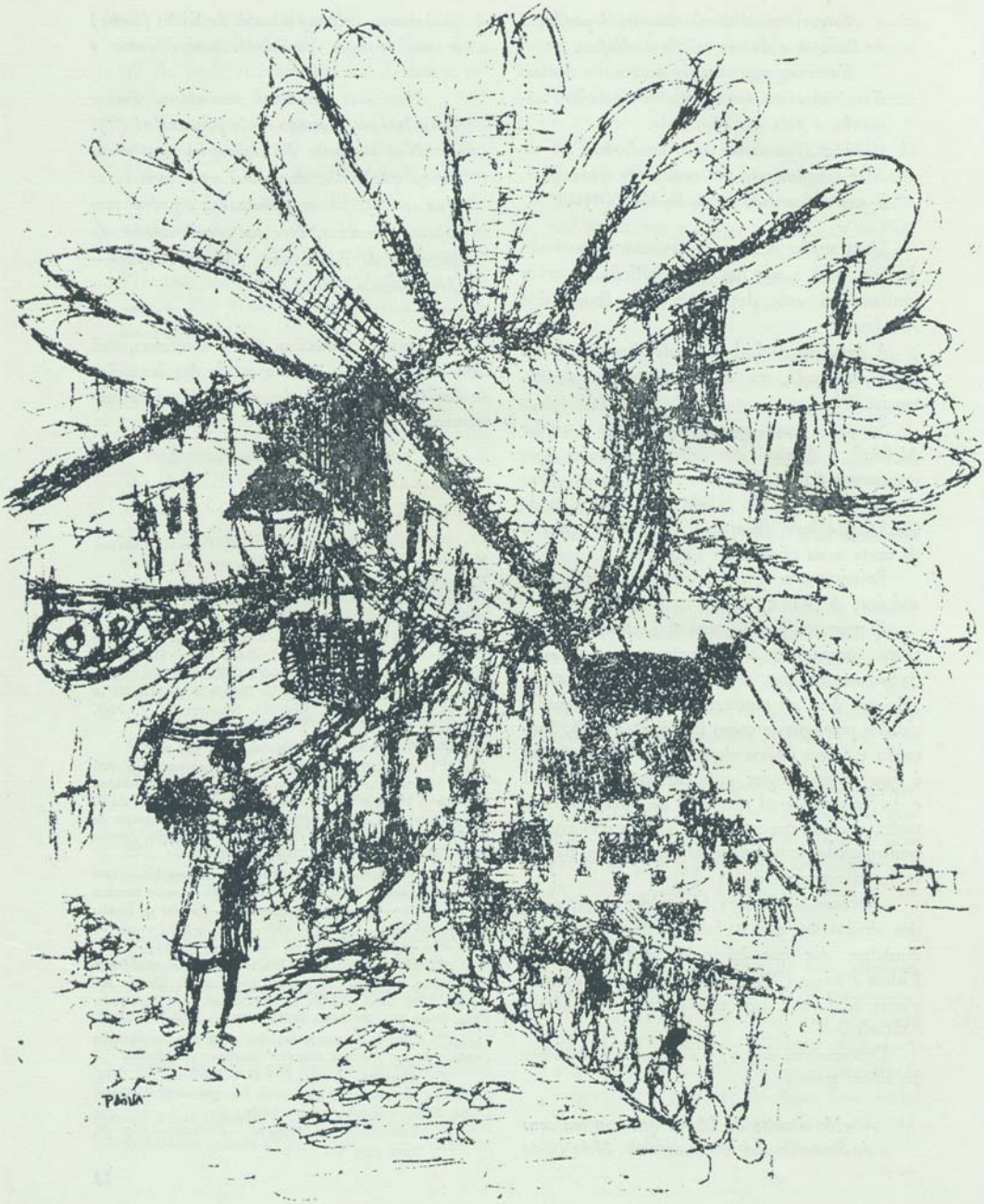
([29]) Lévi-Provençal — La Péninsule Ibérique au Moyen Age d'après le «Kitâb Ar-Rawdh Al-Mi't:âr fî Khabar Al-Aqt:âr» d'Ibn 'Abd Al-Mnu'im Al-H:imyarî — 1938 — Leide. Texto árabe pág. 16 deste; tradução francesa pág. 22 desta.

([30]) Trata-se de um manuscrito ainda não devidamente estudado de que podemos consultar fotocópias em Madrid.

([31]) Almácâri — Nafh: Al-T:îb — Analectes sur l'Histoire et la Littérature des Arabes en Espagne — ed. de Dozy, Dugat, Krehl e Wright. 1855 — Leide.

([32]) Texto árabe em Almácâri — Analectes — pág. 92.

([33]) Idem, pág. 90.


PAIVA

CIDADE EM FLOR

Abro os olhos em plena claridade
E, deslumbrada, olho... Que esplendor!
O Sol risca de luz toda a cidade,
Marca, em sanguínea, o seu imenso amor.

As janelas parecem lantejoilas.
Coloridas, as ruas lembram cromos.
Os telhados são campos de papoilas
Onde os gatos se movem, como gnomos.

Sobre a cidade paira a voz sonora
Dos pregões, das orquestras e dos sinos...
O Sol é uma fornalha criadora,
As brasas são os corpos femininos.

Arco-íris de perfumes, os jardins
Tomam, em cada moita, expressões várias:
Sentimental, o branco dos jasmins...
Sensual, o carmesim das cinerárias...

Varinas de saiote pelo artelho
Passam erguendo as vozes e a canastra.
Nostálgico, o pregão dum «ferro-velho»
Pela cidade se dilui e alastra.

Garotos de jornais, em movimento,
Lá vão num passo esperto, vagabundo,
Como folhas levadas pelo vento
Através da Cidade, a correr mundo.

Há pelas ruas fora uma alegria
Feita dos mil desejos de quem passa...
Lisboa: meu eterno meio-dia...
Cidade em flor: eterna flor de graça.

FERNANDA DE CASTRO

POR ÁLVARO REIS GOMES

MADEIRA E MADEIRENSES NA TOPONÍMIA DE LISBOA

Avenida Ilha da Madeira — Começa na Rua dos Jerónimos, em Belém, e termina na Rua Antão Gonçalves, (Bairro do Restelo). Passa defronte do imponente edifício do Ministério do Ultramar e contorna o Estádio Municipal do Restelo.

A *Ilha da Madeira* descoberta ou redescoberta por João Gonçalves Zarco, ou Zargo, e Tristão Vaz, escudeiros do Infante D. Henrique em 1419 (ou 1420 segundo alguns historiadores predominando a primeira opinião), fica situada no Oceano Atlântico, a O. da Europa meridional, entre 33° 7′ 50″ e 32° 22′ 20″ de latitude Norte e 16° 16′ 30″ e 17° 16′ 38″ de longitude Ocidental (M. de Greenwich). Entre os arquipélagos dos Açores e das Canárias, é a ilha principal dum arquipélago que abrange a Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens. Mede 728 km² e dista, aproximadamente, 310 milhas de Lisboa. O perímetro da sua costa é de 151 350 m. De clima privilegiado e de afamadas belezas naturais foi, cronològicamente, a 1.ª região turística portuguesa e ainda ali residem, em quintas pitorescas, muitos estrangeiros, em especial ingleses que se dedicam às indústrias de vinhos e bordados. A indústria do açúcar também foi introduzida na Madeira por um subdito britânico, William Hinton, cujo filho, Harry Hinton já nasceu na ilha e chamou depois seus principais empregados para lhes dar sociedade. A Madeira continua a ser muito visitada, sobretudo de Inverno (temperado e ameno) cantado pelo «slogan» — «O Verão vem passar o Inverno à Ilha da Madeira» — por nacionais e estrangeiros, nomeadamente ingleses, alemães, franceses, holandeses, americanos e suecos, alguns com vivendas adquiridas ou construídas nos arredores do Funchal. São muito conhecidos seus trajes característicos, de origem e inspiração mourisca e o seu rico folclore regional com trovas e bailados interessantes e cujos ranchos têm ido ao estrangeiro.

Rua Gonçalves Zarco — No bairro do Restelo, junto à Avenida Ilha da Madeira, sendo nela a entrada principal do Ministério do Ultramar. Começa na Calçada do Galvão e finda na Avenida Ilha da Madeira.

João Gonçalves Zarco, ou *Zargo*, nasceu provàvelmente entre 1390 e 1395, em Matosinhos — segundo antigos nobiliários madeirenses e o escritor D. Francisco Manuel de Melo seu descendente — pertenceu à escola de Sagres. Morreu no Funchal em data desconhecida com provecta idade e está sepultado num túmulo erguido ao fundo da igreja de Santa Clara, anexa ao antigo convento do mesmo nome e à segunda residência de Gonçalves Zargo, intitulada Quinta das Cruzes, de que esse templo foi separado precisamente pela abertura da Rua das Cruzes que conduz ao miradoiro do mesmo nome. Gonçalves Zargo foi fidalgo Cavaleiro da Casa do Infante D. Henrique, pertenceu a uma distinta família e desde muito novo se consagrou às actividades marítimas, comandando as caravelas que guardavam a costa do Algarve. Foi encarregado pelo Infante de, com Tristão Vaz, «procurar umas ilhas que já apareciam nos mapas». Em 1418 ou 19, encontraram depois de poucos dias de viagem, a ilha de que Zargo, comandante da expedição, pôs o nome de Porto Santo e tendo ali avistado uma espessa névoa para poente, trataram de no ano imediato, ir descobri-la aportando então à ilha que designaram por Madeira «que do muito arvoredo assim se chama» (Camões, *Lusíadas*, Canto V, Estância 5.ª). No reconhecimento da costa sul encontraram uma lapa «onde se acoitavam muitos lobos marinhos ou focas que caçaram» chamando a esse lugar Câmara de Lobos; daí o próprio

Zargo e seus descendentes adoptarem no brazão de família, representada hoje pelos Condes e Marqueses da Ribeira Grande com larga parentela na Madeira e nos Açores para onde se transferiu um neto de Zargo, D. Rui Gonçalves da Câmara que foi o donatário da Ilha de S. Miguel. Desse tronco descende o grande dramaturgo D. João da Câmara.

Rua Tristão Vaz — No bairro do Restelo, começa na Rua Gonçalves Zarco e finda na Estrada de Caselas.

A *Tristão Vaz*, co-descobridor da Madeira, pode aplicar-se o que acima se diz de João Gonçalves Zarco. Quando por carta régia se determinou a divisão da Madeira, em duas capitanias, em 1425, coube a Tristão Vaz, bem conhecido e tratado, até em documentos oficiais, por Tristão da Ilha, a capitania de Machico, na parte leste da ilha, enquanto a Zargo foi atribuída, como todos sabem, a do Funchal por mais importante. Tristão, ou desconhecemos onde e quando nasceu, presumindo-se que nos fins do século XIV, teve vida atribulada, chegando a ser deportado para S. Tomé, embora depois, movendo influências, tivesse voltado à sua capitania de Machico. Morreu em Silves, no Algarve, onde fora por motivo de negócios, em idade avançada, mais de 80 anos, deixando larga descendência conhecida pelo apelido de Teixeira, proveniente de D. Branca Teixeira, esposa de Tristão.

Rua Bartolomeu Perestrelo — No bairro do Restelo, começa na Rua Gonçalves Zarco e finda na Rua Soldados da India.

Bartolomeu Perestrelo, de origem italiana (filho de Filippone Palestrello, vulto da nobreza) foi o primeiro capitão-donatário da Ilha do Porto Santo. Depois de ter acompanhado Zargo e Tristão ao reconhecimento da Ilha da Madeira, não tomou parte na descoberta do Porto Santo como julgaram certos historiadores mal informados, mas foi o seu 1.° donatário e povoador, por carta do Infante D. Henrique de 1-11-1446. A capitania do Porto Santo, nunca atingiu um grau de elevada prosperidade, contando o biógrafo de Bartolomeu, António Maria de Freitas, o seu desapontamento nos seguintes termos: «O desengano que o moço Bartolomeu recebeu visitando os seus futuros domínios foi o mesmo em que cairam muitos outros... aferindo a largueza da munificência régia apenas pela decantada extensão do território, pelas notícias imaginosas de sua fertilidade e pelo nome pomposo dos senhorios. Não tardou a conhecer que a imaginação o traíra e dera excessivas largas à sua credulidade...». Casou em 3.as núpcias com D. Isabel Moniz, de quem teve uma filha do nome materno que veio a casar com Cristóvão Colombo ou Cristobal Colon, descobridor das Antilhas cognominado por extensão descobridor de toda a América, quando o Norte já fora encontrado pelos Cortes Reais... Faleceu na Vila Baleira, ilha do Porto Santo.

Rua do Funchal — Na freguesia de S. Jorge de Arroios, começa na Rua Ilha Terceira e finda na Rua Açores (Bairro das Ilhas).

Funchal, cidade capital do arquipélago da Madeira, banhada pelo Oceano Atlântico, cujo nome teve origem num campo de Funcho, encontrado pelos primeiros povoadores numa baía ao sul da ilha. É sede de concelho, distrito, comarca e bispado desse nome. Tem o concelho a área de 750 ha e uma população de cerca de 90 000 habitantes. Esta cidade é das mais belas do território português pela sua disposição em anfiteatro, várias zonas verdes com quintas e vivendas pitorescas, habitadas não sòmente por portugueses mas também por famílias estrangeiras, sobretudo

ingleses e alemães que ali se fixaram há muitos anos para gozarem do seu clima privilegiado e das suas raras belezas naturais. É terra de flores em todo o ano e uma das suas curiosidades consiste na cobertura das ribeiras que a atravessam no sentido norte-sul, por buganvílias e outras plantas que ocultam o leito de pedregulhos dessas ribeiras e oferecem a residentes e visitantes um esplendoroso tapete de verdura e de flores.

Uma das zonas mais visitada é constituída pelas Quintas do Estado, «Vigia», «Pavão» e «Bianchi» que reunidas fornecem largo miradoiro sobranceiro à linda baía donde se disfruta um panorama sem par e onde está instalado o Casino da Madeira rodeado de jardins e «courts» de ténis e de hóquei em patins, em que se disputam todo o ano campeonatos e outras provas no primeiro com a participação da colónia britânica. Possui ainda o Estádio dos Barreiros para jogos de futebol e provas de atletismo de esplêndido relvado e iluminação recente, o mais formoso do nosso Portugal na opinião unânime dos forasteiros que o conhecem e tem uma ampla vista de conjunto sobre a cidade, a montanha e o mar, verdadeiramente surpreendente. Compreende o Funchal as freguesias da Sé, S. Pedro, S. Roque, Santa Luzia e Santa Maria Maior e parte das de S. Martinho, Santo António e S. Gonçalo dos arredores da cidade. O porto do Funchal a 429 milhas de distância de Lisboa é dos mais movimentados portos portugueses, ponto de escala das carreiras da África Ocidental e Oriental e da América do Sul. Esta cidade é servida por um aeroporto com duas pistas, no Porto Santo e em Santa Catarina (Santa Cruz). Possui magníficos hotéis e várias piscinas, duas municipais e outras particulares.

Praceta Aires de Ornellas, defronte da letra C da Avenida Mouzinho de Albuquerque, junto à Praça Paiva Couceiro, freguesia de S. João.

Ayres de Ornellas e Vasconcellos, oficial do Exército e político, nasceu na Madeira a 5-3-1866 e morreu em Lisboa a 14-12-1930, foi uma das primeiras figuras da epopeia ultramarina, bravo combatente de Marracuene e de Chaimite, subchefe e depois chefe do estado-maior de Mouzinho de Albuquerque. Mais tarde governador do distrito de Moçambique e Ministro das Colónias e Ultramar, o primeiro que se pronunciou pela separação das duas pastas pela importância dos problemas de qualquer delas. Foi ministro em 1906-908, num governo presidido pelo Cons.º João Franco; depois da queda da monarquia, lugar-tenente d'El-Rei D. Manuel no exílio e «leader» da minoria monárquica na Câmara dos Deputados. Era pessoa muito viajada dominando perfeitamente as línguas francesa e inglesa e distinguiu-se ainda como escritor militar deixando vários volumes como *O Ultramar Português*, colectânea de estudos e conferências. Era descendente dos Marqueses de Sesimbra e ligou-se, pelo casamento com D. Maria de Jesus de Sousa Holstein, à família dos Duques de Palmela. Dirigiu o *Jornal das Colónias* e o *Diário Nacional*, publicou trabalhos sobre as campanhas do Ultramar e fez conferências na Sociedade de Geografia.

Rua Augusto José Vieira — Na freguesia e bairro da Penha de França, começa na Rua da Penha de França e finda na Rua Feio Terenas.

Augusto José Vieira, professor e publicista. Nasceu no Funchal em 2-10-1860 e faleceu em Lisboa em 1-12-1919. Foi professor do ensino particular e jornalista. Fez seus primeiros estudos no liceu do Funchal, continuando-os em Lisboa onde chegou a matricular-se na Escola do Exército, que abandonou por princípios humanitários passando a dedicar-se ao magistério. Republicano desde muito novo, lutou pelo estabeleci-

mento deste regime em Portugal. Idealista e desinteressado, não se aproveitou da posição assumida nem dos correligionários, para obter uma situação de privilégio, continuando a viver das suas lições e da sua pena. Morreu pobre depois de ter estado internado como indigente num hospital. Foi presidente da Associação do Registo Civil e secretário da Federação do Livre Pensamento. Fez parte da redacção do jornal «O Mundo» e colaborou no «Século» e noutros periódicos. Promoveu a publicação da «História do Partido Republicano Português» de que saíram três tomos. Era irmão do Conselheiro Manuel José Vieira que foi presidente da Junta Geral do Distrito do Funchal, par do reino e chefe, na monarquia, do Partido Progressista na Madeira.

Rua Dr. Câmara Pestana — Junto ao Campo dos Mártires da Pátria (mais conhecido por Campo de Santana), começa no Campo de Santana e finda na Travessa do Forno do Torel. É servida pelo elevador do Lavra.

Luís da Câmara Pestana foi um grande médico, sobretudo bacteriologista, e professor da Escola Médica de Lisboa. Nasceu no Funchal, em Março de 1863 e faleceu em Lisboa em 15-11-1899. Médico pela Escola Médico-Cirúrgica da capital (1889) onde grangeou fama de aluno laureado, foi depois interno e cirurgião do Hospital de S. José. Começou a interessar-se pela Bacteriologia, desde estudante, para ele se criou naquele mesmo hospital um laboratório onde iniciou seus trabalhos com o Dr. Aníbal de Bettencourt. Sousa Martins enviara-o a Paris onde aperfeiçoou os seus conhecimentos bacteriológicos no Instituto Pasteur, com Charrin e Stausse. Em 1892 criou-se o Instituto Bacteriológico de Lisboa de que foi nomeado director, passou a fazer-se tratamento anti-rábico. Pestana dintiguia-se não só com os seus trabalhos científicos onde avulta o estudo sobre o tétano que contém as bases da soroterapia e algumas descobertas contra certas infecções (no mesmo ano mas independentemente de Behring e Kitasato) como também pelos seus estudos e acção no combate a epidemias (a febre tifoide em Lisboa, e a epidemia lisbonense que alguns médicos consideravam como a cólera e cujo vibrião foi descrito por Câmara Pestana). A formidável comunicação de Roux sobre a soroterapia anti-diftérica (1894) e a acção do sábio português chamaram a atenção da Rainha D. Amélia, que muito o estimava. Tem um *busto* na Casa de Saúde Câmara Pestana do Funchal e ali uma rua com o seu nome.

Rua Francisco Franco começa na Avenida D. Rodrigo da Cunha e finda na Rua Conde de Ficalho (Bairro de Alvalade).

Francisco Franco de Sousa, escultor, nasceu no Funchal a 9 de Outubro de 1885 e faleceu em Lisboa a 15 de Fevereiro de 1955. Foi notável artista plástico. Iniciou os estudos de desenho com seu pai na Escola Industrial do Funchal e matriculou-se a seguir na Academia Real de Belas-Artes, onde tirou um curso brilhante, com mestre Simões de Almeida. Ainda estudante fez o busto de D. Manuel II, adquirido para o Museu de Artilharia e um outro trabalho encomendado pelo Grémio Literário. Deixou muitos trabalhos no Funchal, como os bustos de Gonçalves Zargo, colocado na esplanada do Terreiro da Luta, do Visconde de Cacongo, Henrique Vieira de Castro e Luís Rocha Machado, o monumento em bronze para o cemitério dedicado às vítimas do torpedeamento de navios aliados por um submarino, na baía do Funchal em 3-12-1916 (guerra de 1914-18) e o consagrado aos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral (heróis da 1.ª travessia aérea do Atlântico Sul em 1922, depois da tra-

vessia Lisboa-Madeira em 1921) e a maqueta do monumento a Colombo (ou Colon) a erigir oportunamente no Funchal.

Obtido por concurso o Prémio Valmor seguiu em Paris estudos de alto nível com mestre A. Mercier e fez uma viagem por Espanha, Bélgica e Holanda. Pelo seu trabalho *Rapariga francesa* exposto na Société National de Paris, grangeou o título de «associado». De regresso ao seu país fez as estátuas de Gonçalves Zargo (exposta primeiramente, em Lisboa e a seguir erguida no Funchal no cruzamento das Avenidas de Zargo e Arriaga, ao alto da entrada da Cidade), a do Infante D. Henrique e a da Dor que decora o túmulo do Rei D. Carlos no Panteão de S. Vicente. Fixando-se em Lisboa fez a estátua equestre de D. João IV, para Vila Viçosa, o friso do Apostolado para a igreja de Nossa Senhora de Fátima, o busto do Prof. Reinaldo dos Santos, e a estátua do Doutor Oliveira Salazar, que se vê à entrada do S. N. I. no Palácio Foz, aos Restauradores, réplica da encomendada para a Exposição Internacional de Paris em 1934, a figura da República (1931) que não chegou a ser sancionada oficialmente, bustos de Salazar para o salão nobre da Câmara de Lisboa e para o palácio da Assembleia Nacional, bustos do Prof. Bissaia Barreto para Coimbra, do poeta Mário Beirão para Beja, de D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, para esta cidade, da Senhora do Dr. António Luís Gomes e da Infanta D. Filipa de Bragança, estátuas de D. João III, para o pátio interior da Universidade de Coimbra, e da Rainha D. Leonor, para um largo das Caldas da Rainha e de D. Dinis, e a do Cristo-Rei que se ergue em Almada, dominando a entrada de Lisboa, o busto do Padre Manuel da Nóbrega fundador da Cidade de S. Paulo (Brasil) encomendado pela mesma por ocasião das festas centenárias, além de outros trabalhos e «esbocetos e maquetes». Fez-se uma exposição retrospectiva da sua obra em Fevereiro de 1966 no S. N. I., autêntico acontecimento artístico, largamente concorrida.

Rua Francisco Pereira de Sousa — Em S. Domingos de Benfica, começa na Estrada de Benfica e finda na Rua António Feijó.

Francisco Luís Pereira de Sousa, oficial de Engenharia, professor da Faculdade de Ciências de Lisboa e engenheiro do quadro das obras públicas. Nasceu no Funchal a 22 de Setembro de 1870 e faleceu na Praia da Rocha (Algarve) a 25 de Setembro de 1936. Depois dos preparatórios na antiga Escola Politécnica ingressou na Escola do Exército seguindo com distinção o curso de Engenharia Militar. Serviu também o Estado como engenheiro do quadro das Obras Públicas onde atingiu o posto de inspector. Em 1911, após brilhante concurso de provas públicas, entrou para a Faculdade de Ciências de Lisboa como 2.º assistente do grupo de Mineralogia e Geologia. Em 1915 foi promovido a 1.º assistente e em 1929 nomeado professor catedrático do mesmo grupo. Com as funções de professor acumulou as de director do Museu e Laboratório de Mineralogia e Geologia. Exerceu ainda funções docentes no Instituto Industrial de Lisboa. Pertenceu aos Serviços Geológicos desde 1910 até 1928 e deixou uma importante obra científica em Geologia e Sismologia. Principais trabalhos: «Memórias sobre os calcários dos distritos de Lisboa e de Leiria» e geologia do polígono de Tancos, os estudos fundamentais, sobre o grande terremoto de 1755, e os de geologia do Baixo-Alentejo e Algarve e doutras regiões da metrópole e do nosso Ultramar. A sua obra mais notável, *Efeitos do Terremoto de 1755*, baseada no inquérito efectuado logo após essa catástrofe, e onde procura reconstruir os respectivos efeitos através de todo o país (continente) e relacioná-los com as características

tectónicas e litológicas das diversas regiões. Não chegou a completar esse importante trabalho, tendo publicado três volumes *Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal*. A seu respeito disse Neuman, eminente sismologista espanhol, que devia considerar-se «único no género e modelo de estudo dum sismo antigo». Destacou-se ainda como estudioso da Petrografia e introdutor em Portugal dos métodos quantitativos (com base química) para a análise das rochas, domínio em que colaborou com o grande petrologista A. Lacroix, secretário perpétuo da Academia das Ciências de Paris e nas memórias dessa Academia estão publicados trabalhos do Prof. F. Pereira de Sousa. Exerceu o cargo de administrador do Banco Ultramarino. Foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa em 1923 e mais tarde, ascendeu a efectivo na vaga de D. Luís de Castro conde de Nova-Goa. Foi também sócio efectivo das Sociedades Francesa de Mineralogia e Geológica de França, em que chegou a ocupar o lugar de vice-presidente.

Rua Comandante Freitas da Silva — Na freguesia da Ajuda, começa na Rua Sargento Jácome Moreira e finda na Rua da Bica do Marquês.

Carlos César de Freitas da Silva, nasceu no Funchal a 22 de Novembro de 1873 e morreu em Lisboa, vilmente assassinado por ocasião do movimento revolucionário a 19 de Outubro de 1921. Foi distinto oficial da Armada, desde guarda-marinha em 20-1-1894 até ao posto de capitão-de-fragata que atingiu a 28-10-1917. Entre outras situações profissionais, conta-se o comando da canhoneira «Sado» em 1905, serviço na Estação Naval da Índia desde 1906 até 1911, na Escola Prática de Artilharia Naval nos anos de 1912 a 1914, comandante da 2.ª divisão do Corpo de Marinheiros em 1915 e 1916, Chefe dos Serviços de Patrulhas e Caça-Minas de 1917 a 1919 e neste último ano Chefe interino do Gabinete do Ministro da Marinha. A sua derradeira comissão de serviços foi na Base Naval de Lisboa de 1920 a 1921. Era conhecido pelas suas ideias conservadoras que se, por um lado, lhe criaram muitas amizades, por outro lhe devem ter concitado mal-querenças. Nunca tendo sido político activo não está apurado, que saibamos, a que deva atribuir-se o seu assassinato numa noite sangrenta que, entre outras vítimas, fez a do então Chefe do Governo Dr. António Granjo e a do capitão-de-mar-e-guerra José Carlos da Maia, oficial prestigioso na corporação e, politicamente, um dos que mais combateu pela implantação do regime republicano em 5 de Outubro de 1910. Cremos que o sacrifício da vida do Comandante Freitas da Silva naquelas trágicas circunstâncias, deve ter sido a causa principal da perpetuação do seu nome numa rua de Lisboa.

Largo de D. João da Câmara — Em frente da Estação do Rossio e do Teatro Nacional, lado poente. (Entre o Rossio e a Praça dos Restauradores).

D. João da Câmara, dramaturgo e poeta, descendente directo de Gonçalves Zargo, filho do 1.º Marquês da Ribeira Grande, nasceu a 27 de Dezembro de 1852 e morreu em 2 de Janeiro de 1908. Teatrólogo e poeta, cursou o antigo Colégio dos Jesuítas de Lisboa, outro em Lovaina (Bélgica) e matriculou-se na Escola Politécnica, cujo curso descurou para se devotar à literatura teatral. Fez mais tarde o curso do Instituto Industrial e chegou a chefe de repartição na administração central dos caminhos de ferro. Da sua obra literária salientam-se: os dramas *O Diabo* e *A Natureza,* quando ainda estudante, além do monólogo em prosa e verso *Charadas e Charadistas;* a comédia *Bernarda no Olimpo.* Estreou-se como autor dramático, no Teatro

Nacional, com a comédia *Ao pé do fogão*, escreve depois *Os Gatos*, a comédia *D. Brizida*, o drama em 5 actos *D. Afonso VI*, *Alcácer Quibir*, também em 5 actos, *Os Velhos*, em 3 actos (uma das suas obras mais conhecidas e representadas que ainda actualmente sobe à cena com agrado), *O Pântano*, em 4 actos, *A Toutinegra Real*, 3 actos, *Casamento e Mortalha*, *Triste Viuvinha*, 3 actos, *Rosa Engeitada*, 6 actos, *Milagre de Santo António*, *Amor de Perdição* (extraída do célebre romance de Camilo), *Sorte Grande*, *O Filibusteiro*, a ópera cómica *o8*, em 3 actos, a mágica *O Valete de Copas*, 3 actos, as famosas operetas *O Burro do Sr. Alcaide*, *Solar dos Barrigas*, *Cócó*, *Reineta e Facada*, e outras obras de teatro de género diverso. Os seus últimos romances históricos *El-Rei* e *Conde de Castelo Melhor* só acrescentaram sua fama de escritor. A sua obra tão fecunda terminou com *O livro de leitura para as escolas de instrução primária*, juntamente com Raul Brandão e Maximiliano de Azevedo. Foi vogal do Conselho de Arte Dramática, professor do Conservatório Nacional, sócio da Academia Real das Ciências.

Rua Quirino da Fonseca — Junto à Alameda D. Afonso Henriques. Começa na Rua António Pereira Carrilho (que sobe da Praça do Chile) e termina na Alameda D. Afonso Henriques por detrás do Cinema Império.

Henrique Quirino da Fonseca — Oficial de marinha, escritor, colonialista e arqueólogo. Nasceu no Funchal (Ilha da Madeira), freguesia de Santa Luzia, a 4 de Junho de 1868 e morreu na sua casa em Lisboa a 6 de Dezembro de 1939.

Foi uma grande figura de português e de militar que durante mais de cinquenta anos serviu a Nação duma forma superiormente rara, distinguindo-se em todas as numerosas missões de que foi incumbido, tanto na Metrópole como nas províncias do Ultramar, cobrindo-se de glória no combate de Rovuma, nas operações navais de Maio de 1916.

Deve-se-lhe, como escritor e como erudito, uma obra vasta, desde a literatura à cartografia e desde a gramática à arqueologia naval, obra de mérito incontestável. O eminente arqueólogo e historiador naval francês Guilleux la Roeri, referindo-se à morte de Quirino da Fonseca, escrevia: «A perda do sábio é para mim tão irreparável como a do amigo. Há grande parte de trabalhos, nos quais eu prosseguia lentamente que, sem a sua preciosa colaboração, torna-se quase impossível levá-los a cabo».

Na Assembleia Nacional foi proposto dar o seu nome ao Museu de Marinha. Durante seis anos dirigiu o Pelouro de Engenharia da Câmara Municipal de Lisboa, «rompendo com rotinas e abrindo novas possibilidades à cidade de Lisboa». Deve-se-lhe os trabalhos do prolongamento da Avenida Almirante Reis, os do Parque Eduardo VII, e da Estufa Fria, dos Miradoiros de Santa Luzia e do Monte, o desaparecimento do velho mercado da Ribeira e o acabamento e construção de novos mercados, a aquisição do Palácio Galveias (transformado em Museu da Cidade), a criação de bibliotecas públicas municipais, a construção de novos bairros, o alargamento de artérias, os trabalhos de saneamento, etc. Teve uma vida militar brilhante, com vários comandos, fazendo parte da expedição a Moçambique em 1918-19. Entre outras condecorações obteve uma Cruz de Guerra de 1.ª classe, ganha no Rovuma, a medalha de prata de serviços distintos, etc.

Como escritor a sua acção foi notável devendo-se-lhe obras capitais sobre arqueologia naval, uma série de conferências na Câmara Municipal, na Sociedade de Geografia, na Associação dos Arqueólogos, no Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências e noutros centros de cultura sobre assuntos colo-

niais e de arquitectura e construção naval, etnografia e história. Era sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos e pertencia às Academias das Ciências e de História.

É a seguinte a bibliografia de Quirino da Fonseca; literária e científica: *Céu e Mar* (Contos Marítimos) 1900; *A Obra Colonial de Afonso de Albuquerque* (1910); *Memórias de Arqueologia Naval Portuguesa* (1915); *A Torre de Belém, baluarte de artelharia planeada por D. João II* (1920); *Manual dos Adjectivos da Língua Portuguesa, agrupado por analogias* (1921); *O Brasão da Cidade de Lisboa* (Conferência) 1921; *A Arquitectura Naval, na Época de Fernando de Magalhães* (Conferência) 1921; *Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal* (1926); *Em Homenagem a Henrique Lopes de Mendonça* (Conferência) 1929; *Em Defesa da Caravela Portuguesa* (Conferência) 1929; *A Questão das Águas* (1929); *Pilotos das Navegações Portuguesas nos Séculos XV, XVI e XVII* (1931); *A Arte de Navegar, Cartografia e Cartógrafos Portugueses* (1931); *Os Navios dos Descobrimentos e Conquistas* (1931); *Luís de Camões, o «Trinca Fortes»* (Novela Heróica) 1934; Comunicações à Academia: *A Tecnologia Nautica dos Dicionários Portugueses* (em 14/11/1929); *Algumas Curiosidades Sobre a Adjectivação com Características de Estilo* (idem, vol. II) (em 27/2/1930); *Nomes Próprios de Navios Portugueses* (em 12/2/1931); *Antigos Soldos e Mantimentos de Bordo* (em 16/6/1931); *O Problema das Características dos Galeões Portugueses* (27/10/1932); *Nótulas sobre o Vestuário Português da Idade Média* (em 8/6/1933); *O Problema das Tonelagens e Formas de Querena dos Navios de Vasco da Gama* (em 8/3/1934); *A Fusta de Diogo Botelho* (em 14/2/1935); *A Arte da Guerra no Mar* (em 25/6/1936); *A Obra de Gil Vicente sob o ponto de vista etnográfico* VI Conferência do Ciclo de Conferências Vicentinas (em 8/5/1937); *Comentário a um Verso de Gil Vicente* (em 24/6/1937); *A Participação dos Portugueses Godinho de Herédia e Pedro Fernandes de Queiroz no Descobrimento da Austrália* (em 28/10/1937); *Particularidades da Antiga Cartografia Portuguesa, Atribuida a Cartógrafos Estrangeiros* (em 24/2/1938); *O Conhecimento das Línguas Africanas e Orientais, Auxiliando a Expansão do Império Português* (em 23/6/1938); *Algumas Notas Sobre o Valor Documental da Cópia do «Globo de Martinho da Boémia»*, pertencente à Academia (em 8/6/1939); *Os Navios do Infante D. Henrique*, Lição proferida no *Instituto de Altos Estudos* (em 15/3/1933); *A Representação Artística das Armadas da Índia* (idem, em 17/3/1933); *Diários da Navegação da Carreira da Índia nos anos de 1595, 1596, 1597, 1600 e 1603* (Edição de 1938); *Memórias e Conferências* (1935); *Viagens Maravilhosas de Aventureiros Portugueses dos Tempos Idos* (1935); *Um Drama no Sertão* (1936). E diversos estudos incluídos nos *Boletins do Arquivo Histórico de Marinha e Anais do Clube Militar Naval.*

Rua Reis Gomes — No Bairro Social do Arco do Cego, começa na Rua Bacelar e Silva e acaba em frente da Avenida Elias Garcia.

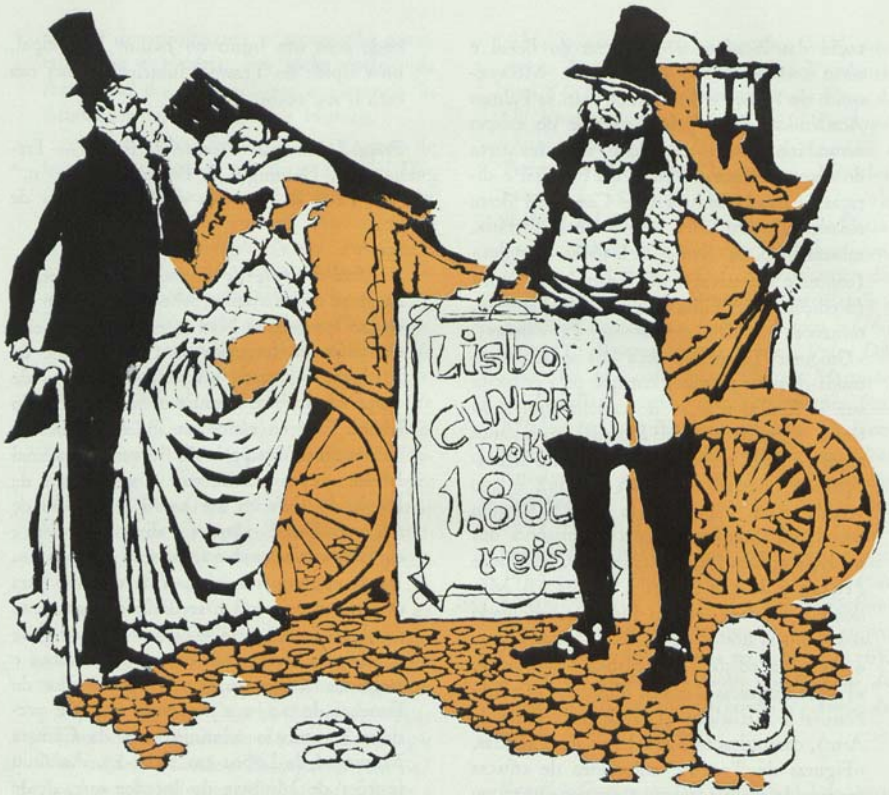
João dos Reis Gomes, oficial de artilharia e engenheiro industrial, professor e jornalista, nasceu no Funchal a 5 de Janeiro de 1869 e morreu na mesma cidade a 21 de Janeiro de 1950. Foi aluno premiado nas Escolas Politécnicas e do Exército, jornalista e crítico de arte, director do *Heraldo da Madeira* e do *Diário da Madeira*, vigoroso polemista e consagrado escritor, sócio da Academia das Ciências de Lisboa, membro de honra da Fede-

ração das Academias de Letras do Brasil e sócio correspondente do Instituto Metapsíquico de França e distinguido com as Palmas Académicas deste país. Professor do ensino secundário durante cerca de 40 anos, fez parte do corpo docente do Liceu do Funchal e dirigiu a Escola Industrial e Comercial desta cidade. Deixou uma vasta obra literária, sobressaindo os livros «Histórias Simples» (contos e narrativas), «O Teatro e o Actor» (2 edições), «A Filha de Tristão das Damas», romance histórico madeirense (2 edições), «Guiomar Teixeira», peça em 4 actos extraída daquele romance em que pela primeira vez se fundiu a acção do cinema com a do teatro (batalha campal filmada) treze anos antes de Paris, representada no Teatro Municipal do Funchal em 1913 e 1922 e que vertida para italiano pelo Eng.º Virgílio Biondi foi interpretada pela Companhia dos notáveis actores Italia Vitaliani e Carlo Duse (1914) e de que sairam 2 edições «A Música e o Teatro», esboço filosófico, adoptado nos Conservatórios de S. Paulo, Rio, Lisboa e Porto (2 edições), «Acústica Fisiológica», «Forças Psíquicas», ensaio filosófico, «O Belo Natural e Artístico» (Definição da Obra de Arte), comunicação à Academia das Ciências, «Figuras de Teatro», colectânea de críticas promovida em sua homenagem por um grupo de antigos discípulos, os diários de viagem «Através da França, Suíça e Itália», «Três Capitais de Espanha» e «Através da Alemanha», «O Anel do Imperador» (Napoleão e a Madeira), comunicação à Academia, «O Cavaleiro de Santa Catarina» idem, «A Lenda de Loreley contada por um latino» idem, «Casas Madeirenses» (a 2.ª edição no prelo) «Casos de Tecnologia» obra didática de vulgarização científica, «O Vinho da Madeira» (monografia), «Portugal-Brasil» (mensagem), etc. Fez parte do Conselho de Arte e Arqueologia, seu delegado no Funchal, onde tem um busto no Jardim Municipal, uma lápide no Teatro Municipal e uma rua com o seu nome.

Praça do General Vicente de Freitas — Freguesia de S. Domingos de Benfica entre os n.os 10-A e 12-A da Travessa de S. Domingos de Benfica.

José Vicente de Freitas, oficial superior da arma de infantaria, político e professor do ensino secundário. Nasceu em 22 de Janeiro de 1869 na freguesia da Calheta, Ilha da Madeira, e morreu em 6 de Setembro de 1952 em Lisboa. Possuia o curso do Estado Maior. Exerceu vários comandos e comissões da sua arma, fez parte do Supremo Tribunal Militar e, por fim director e comandante da Escola do Exército até passar à situação de reforma. Desde 1895 foi distinto professor da Escola Nacional que passou a dirigir em 1917, escreveu compêndios de desenho para os ensinos primário e secundário largamente divulgados e fez parte da comissão encarregada de elaborar livros para os cursos de cabos e sargentos. Como político foi governador do Funchal de 22/2 a 14/5 de 1914 e presidiu à comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa em 1926-27. Assumiu funções de Ministro do Interior que, desde 18/4/1928 a 16/7/1929 acumulou com as de presidente do Governo e, entretanto, acumulou as pastas das Finanças, do Comércio e dos Negócios Estrangeiros. Entre a legislação promulgada quando esteve à frente do Governo destacou-se a regulamentação do jogo proibindo-o dentro das cidades e limitando-o a zonas de turismo. Ao deixar o poder voltou à presidência da Câmara. Foi a seu convite que o Prof. Oliveira Salazar entrou para o Governo da Nação como Ministro das Finanças, em 1928.

. . . . . .



HÁ MAIS DE CEM ANOS QUE SE EFECTUAM CIRCUITOS TURÍSTICOS DE LISBOA

POR COSTA GARCEZ

O *alfacinha* despreocupado poderá ter a impressão de que isto de *circuitos turísticos* é pura invenção do século XX, a que o avião, o automóvel, enfim os transportes rápidos, cómodos e eficientes, deram extraordinárias possibilidades.

Parecerá, portanto, que, até aos fins do século passado, em que viajar era uma aventura tenebrosa, mesmo para o fabuloso *Fidalgo de Tormes*, instalado no n.º 202, dos Campos Elísios, as pessoas se limitavam a uma imobilidade quase completa, só quebrada por causas, profundamente, justificadas, como as de uma necessária ostentação de veraneio *fora de portas*, já para as bandas quietas e tranquilas de Carnide, Lumiar, ou Benfica, já para o bulício, mais ou menos mundano, das praias da Junqueira, Pedrouços, ou Belém...

Quanto a nós, estamos em acreditar que esta maneira de pensar merece uma expressiva rectificação e que, na verdade, os nossos avós não se limitavam, de forma nenhuma, aos horizontes fechados da sua rua, do seu bairro, das artérias que os conduziam às Secretarias de Estado, a casa dos amigos, ou, nas datas festivas, aos palácios onde suas majestades davam «beija-mão».

Na realidade, os lisboetas, pelo menos os dos meados do século passado, gostavam de se deslocarem na sua cidade, de a conhecerem, de lhe descobrirem os suaves encantos e, esse modo de pensar, originou, até, a criação de um serviço de utilidade pública para os servir, tanto quanto possível, comodamente e, a preços acessíveis.

Senão vejamos:

★

A gentileza de uma pessoa amiga (1) fez com que chegasse ao nosso conhecimento o curioso documento publicitário de um serviço público lisboeta, parente muito próximo, se bem que afastado no tempo por mais de 100 anos, dos nossos actuais *circuitos turísticos*, reclamados e efectuados, nem sempre com grande afluência de público, quase diàriamente, pelas agências da especialidade.

Trata-se, como se disse e se pode ver pela reprodução do documento, existente na B. N. L. de um prospecto de publicidade ao «Único Estabelecimento/de/Utilidade Pública/de Seges de Simicírculos» existente na capital.

Essencialmente, estamos na presença de uma folha volante, impressa de ambos os lados, na Tipografia de José Theodoro d'Oliveira, situada nas Escadinhas da Barroca, n.º 16, a dois passos do Rossio, no ano de 1850.

Mandou-o imprimir o estabelecimento da especialidade situado no antigo n.º 116 da Rua do Arco do Bandeira que fazia esquina para a Rua dos Retroseiros, onde hoje se encontra instalada a firma «Augustine, Reis & C.ª, Banqueiros».

Pretendia-se criar um serviço económico, capaz de servir por *módicos preços*, como se escreveu no preâmbulo do documento; sem oscilações prejudiciais, *fixos* — é o termo usado. Por outro lado, estudavam-se e sistematizavam-se os percursos, de forma a cobrirem toda a cidade, ao mesmo tempo que se abria guerra à tão pouco digna *gorjeta*, ainda, tão arreigada entre nós! «O viandante nada mais tem a pagar do que os preços fixos e designados, *porque não há gorjeta de Boleeiro*».

Foram estes, sem dúvida, os quatro princípios que nortearam a criação destes primitivos *circuitos turísticos* de Lisboa: economia de preços; fixação dos mesmos, de forma a não serem ditados pela fantasia de cada um; racionalização dos processos; desaparecimento do sistema de gorjetas, por demais aviltante.

Outras disposições curiosas contém este documento, as quais se analizarão a seu tempo e que nos levaram a supor, cremos que com todo o acerto, que a ideia que presidiu à sua elaboração foi a do recreio do povo da capital e dos seus visitantes e não outro qualquer, como tentamos provar.

★

Os itinerários propostos eram, ao todo, seis. Estudaremos cada um deles para que os nossos leitores fiquem com uma pálida ideia daquilo a que correspondem na Lisboa actual.

O UNICO ESTABELECIMENTO
DE
UTILIDADE PUBLICA,
DE SEGES DE SIMICIRCULOS.
Ponto de partida
Rua do Arco do Bandeira n.º 116,
Esquina da Rua dos Retroseiros.

Por modicos preços e fixos, em distancias regulados em Semicirculos correspondentes aos preços designados nas subscripções seguintes, o melhor demonstrado no Mappa simi-circulado que se acha patente no Estabelecimento, o viandante nada mais tem a pagar do que os preços fixos, e designados, porque não ha gorgetas de Baleeiros.

Relação ou Mappa explicativo das Tabellas dos Semicirculos de mais facil leitura e comprehensão.

1.º Semicirculo, preço 100 reis.	2.º Semicirculo, preço 70 reis.	3.º Semicirculo, preço 300 reis.
Chafariz no Largo do Conde Barão.	Chaf. das Janellas Verdes.	Portas d'Alcantara.
Sobe pela rua de S. Bento.	Sobe a rua de S. Domingos.	Retrocede ao largo das Necessidades.
Segue pouco mais ou menos a largo da Rata.	Passa á rua do Buenos Ayres.	Sobe a rua das Necessidades.
Passa a rua do Colegio.	Ao Escalvado para o largo da Estrella.	Rua da Boa-Morte.
Desce a Cotovia.	Attravessa este, direito á travessa dos Ladrões.	Segue pela R. do Patrocinio.
Attravessa a praça d'Alegria.	Segue pela rua de S. Luis.	Palacio Ordenando do Nuncio.
Segue até ao Theatro de Salitre.	Passa ao largo da Pascoa.	Passa á Cruz das Almas.
Retrocede á rua de S. José até Santa Martha.	Segue a rua de S. João dos Bem Casados.	Sobe até á Travessa do Juiz.
Retrocede e sobe a rua das Pretas.	Condessa d'Anadia.	Segue pela rua á direita de Entremuros.
Segue a rua dos Capuchos somma.	D'ser ao Arco das Amoreiras Entremuros até as portas.	Até á Quinta dos srs. de Palhaes.
Attravessa pelas arrotes e Campo de Santa Anna.	Passa a Valle de Pereira.	Entrada do Rego sem entrar no Campo Pequeno.
Attravessa á Bemposta.	Segue até á ger de S. Sebast.	Rua do Arco de Cego sem entrar no Campo Pequeno.
Desce á Igreja dos Anjos.	Sem a ceder, segue pela rua á direita até ao	Até Freiras d'Arroyos.
Passa ao Arco de Santa Andre.	Chafariz da Cr. do Tabuado.	Crut das quatro Cantinhos e segue a largo do Quartel que foi d'Artilheria.
Segue até ao largo do S. Vicente.	Attravessa a estrada até Arroyos.	Calçada dos Barbadinhos.
Passa a Arco segue á direita.	Sem e ao largo segue á direit.	Até o possivel
Desembo ou Hosp. da Mar.	Até á Charca.	Valle de S. Antº.
Corta ao Cais do Tojo.	Retrocede ao largo da Graça.	Largo da Cruz da Pedra.
	Desce pela T. da Verónica.	
	Campo de Santa Clara.	
	Passa a rua do Mirante.	
	Segue até as portas de Santa Apolonia.	

N. B. Depois d'este abalisamento e a 2.º Semicirculo, este desenho, passa ao 3.º

N. B. Depois d'este abalisamento e a 3.º Semicirculo, este desenho, passa ao 4.º

N. B. Depois d'este abalisamento e a 4.º Semicirculo, este desenho, passa ao 5.º

4.º Semicirculo, preço 200 reis.	5.º Semicirculo, preço 500 reis.	6.º Semicirculo, preço 800 reis.
Marquez de Angeja, á Junqueira.	Bairro alto Jerosalem.	Pedregão até ao Da Fundo.
Segue pela rua das Fontes.	Largo do Calvario.	Recebera até á Igreja.
Sobre a Boa Hora.	Arrotea.	Lar.
Entrada norte, e segue	Moinhos.	Cutrado e immediações.
A rua do Arsenal.	Palacio d'Ajuda.	Terre do Paço.
Segue pela Estrada	Rua do Cemiterio.	Tijoleiras.
São Antonio d'Alcantara.	Estrada de Benfica até a quinta dos Lazaristas.	Paço do Lumiar.
Sobe pela Estrada dos Terremotos.	Palmo de Cima e de Baixo.	Lumiar.
Segue por Campolide até ao Rato.	Campo Grande até ao fim.	Portella, na Estrada de Sacavem.
Vai augmento até a estrada da Quinta dos do Patrocinio.	Segue Venerimos, e Perna ao pé.	Poço do Bispo.
Rectangulo ao Pinheiro.	Ate ao N. Sde.	
Passa o Campo Pequeno até ao Cº. grande.	Xellas até as Freiras.	
Passa ao Poço dos Mouros.	Até ao Duque de Lafões.	
Pelo outro lado Alades de Dona e Xabregas.		

N. B. Depois d'este abalisamento e a 4.º Semicirculo, este desenho, passa ao 5.º

N. B. Depois d'este abalisamento e a 5.º Semicirculo, este desenho, passa ao 6.º

N. B. Depois d'este abalisamento e a 6.º Semicirculo, este desenho, fica aqui.

Os preços designados em qualquer dos semicirculos, são fixos até ao ponto do mesmo semicirculo, e excedendo-o mais ou menos espaço, dos pontos designados, já portanto os preços de outro semicirculo seguinte.

Estes preços são de ir pé, ou ir buscar, e voltando aos donos será mais augmentado dos preços designados no semicirculo, accrescerá aos preços d'uma e outra cousa

Por cada meia hora	120	rs.
Chegando a duas horas, por cada uma	200	»
Chegando a quatro horas, por cada uma	180	»
E d'ahi para cima o mesmo.		

De ir buscar, se estiverem o mesmo que ir pé, sem é vindo para a estação.

Para Cintra, ida e volta no mesmo dia	2$000	rs.
De pé-de, ou ir buscar os	1$400	»
Aluguer de animal com sella, cabella	1$000	»
Aluguer de tarde, dito	1$000	»
Em dia de Bemposta, um qualquer parte que se dê, e por este serviço somente.	1$440	»
Entrerio	720	»

Fóra d'estas horas e serviço, tudo o mais, como se acha designado.

Dão-se Tranquitanas pelo mesmo preço de Seges, em logar d'estas, de mais segurança e decencia.

Carrões ou Carrocinhos para 6 pessoas acompanhe, só ao preço das Seges, mais a metade.

Tambem ha Cabriés, Carro ligeiro de 2 pessoas e Carrões de 4 e 10 pessoas, por modicos preços em perspectiva, se quiser para Cintra ida ou seguintes:

Pessoas ida ir pé ou buscar		
4	800	rs.
5	900	»
6, 7, e 10	720	»

E indo e voltando no mesmo dia só accresce mais a metade dos dittos preços.

Dão Ave Marias até 1 meia noite de qualquer preço ou qualquer trem accresce mais a metade, e excedendo a meia noite levem quatro, assim como para noitadas de bailes, dias festivos, e outros extraordinarios que não são comprehendidos.

Os preços dos Alugueis se entende da Sege ou Tranquitana, que tanto é para uma, como para duas pessoas.

N. B. O Viandante nada mais tem a pagar do que os estabelecidos preços.

Lit.-Tip. Estabelecimento de Artes Graphicas e Encadernação
Arrabaldes da Ramada n.º 16.

Eis o primeiro que custava 200 Rs. e se iniciava, como todos os outros, na Rua do Arco do Bandeira, n.º 116, esquina da Rua dos Retroseiros: Dali seguia ao chafariz do Largo do Conde-Barão (2), subia a Rua de S. Bento, tendo o *viandante,* nessa altura, a possibilidade de ver o Palácio das Cortes, bem diferente do que hoje podemos admirar (3) e, depois de atravessar o Largo do Rato, metia à Rua do Colégio (dos Nobres), actual Rua da Escola Politécnica, descendo a Cotovia, sítio da Mãe-d'Água dos nossos dias, até à Praça da Alegria, onde nós todos ainda podemos passear. Passava, em seguida, pelo Teatro do Salitre (4), pela Rua de S. José, até Santa Marta e daqui retrocedia, para subir a Rua das Pretas, a dos Capuchos e atravessar o Campo de Santana para chegar à Igreja dos Anjos, pela Bemposta (5). Aqui o itinerário deveria ser pela Travessa do Conde de Pombeiro actual, pois a Igreja dos Anjos esteve edificada até 1908 na parte norte do actual cruzamento da Avenida do Almirante Reis com a Rua dos Anjos — como se disse em nota — Rua dos Anjos, Largo do Intendente, Rua do Boiformoso, ou do Benformoso (6), Rua dos Cavaleiros, Calçada de Santo André, para passar pelo Arco (7) ir, em seguida ao Largo de S. Vicente, atravessar o Campo de Santa Clara e chegar, finalmente, pelo Hospital de Marinha ao Cais do Tojo.

Terminava, aqui, o primeiro semicírculo, como, então, se lhe chamou.

Esbocemos, agora, o itinerário do 2.º semicírculo, cujo preço era de 240 Rs.:

Este atingia o chafariz das Janelas Verdes (8), subia a Rua de S. Domingos (à Lapa), ia por Buenos Aires até à Estrela e daqui metia à Travessa dos Ladrões (9) e à Rua de S. Luís (10), passava ao Largo da Páscoa (11), à Rua de S. João dos Bemcasados (12), Condessa de Anadia (13) descia pelo Arco das Amoreiras (14), passava pelo Vale do Pereiro que era a continuação, para norte, da actual artéria desse nome e chegava a S. Sebastião da Pedreira. Ia ao chafariz da Cruz do Tabuado (15) atravessava a Estrada de Arroios, sem ir ao largo, atingia a Charca, actual Bairro das Colónias, passava ao Largo da Graça, à Travessa, hoje Rua da Verónica, ao Campo de Santa Clara, à Rua do Mirante e terminava em Santa Apolónia.

Vejamos o 3.º circuito que se completava por 300 Rs.:

Ia até às portas de Alcântara, voltava ao Largo das Necessidades ([16]) à Rua da Boa Morte ([17]), à Rua do Patrocínio, ao Palácio chamado do Núncio ([18]), à Cruz das Almas ([19]), a casa de Jinu ([20]), ia pela Rua Direita de Entre-Muros ([21]) à Quinta de Palhavã ([22]), Estrada do Rego e Rua do Arco do Cego, sem entrar no Campo Pequeno, Convento de Arroios ([23]) actual Hospital do mesmo nome, Cruz dos Quatro Caminhos—ainda muitos lisboetas assim, designam o Largo de Sapadores — Calçada dos Barbadinhos, ou Vale de Santo António, até ao Largo da Cruz da Pedra.

Falemos do 4.º semicírculo que custava 400 Rs.:

Do ponto de partida — não esqueçamos: a Rua do Arco do Bandeira — seguia até ao Palácio do Marquês de Angeja, na Junqueira ([24]), Rua das Freiras (Salésias) ([25]), Boa Hora, Santo Amaro, Tapada da Ajuda, de onde seguia o curso do antigo caneiro de Alcântara ([26]) até à Estrada dos Terremotos, Campolide e Sete Rios, Larangeiras, ao Palácio do Conde de Farrobo ([27]), voltava ao Pinheiro ([28]), ia pelo Campo Pequeno até às primeiras portas do Campo Grande, Poço dos Mouros, Madre de Deus ([29]) e, finalmente, Xabregas.

Sigamos, desta feita, o 5.º itinerário que custava 480 Rs.: O *viandante* era conduzido a Belém, depois, pela Calçada do Galvão, Arcolena ([30]), Memória ([31]), Palácio da Ajuda ([32]), Rua do Cruzeiro, Estrada de Benfica, Quinta do Loureiro ([33]), Palma de Cima e de Baixo ([34]), Campo Grande ([35]), Poiais Vermelhos ([36]), Perna de Pau ([37]), Alto de São João, Convento de Chelas ([38]) até ao Duque de Lafões ([39]).

Carrão

Palácio das Cortes

E, finalmente, sigamos o 6.º itinerário, cujo percurso se fazia por 800 Rs. Era o que levava a Pedrouços, ao Dafundo, a Benfica, à Igreja da Luz ([40]), a Carnide, à Torre do Fato ([41]), a Telheiras, ao Paço do Lumiar, ao Lumiar, à Portela de Sacavém, onde hoje está instalado o Aeroporto Internacional de Lisboa e ao Poço do Bispo.

★

Como se depreende, fàcilmente, da leitura dos itinerários acima descritos eles não constituiam circuitos fechados pelo que poderá parecer, à primeira vista, exagero da nossa parte o termo-lhes chamado *circuitos turísticos*. Acontece, porém, que a continuação da leitura do prospecto nos elucida da seguinte forma:

«*Estes preços são de ir por, ou ir buscar e voltando sem demora será mais a metade dos preços designados no semicírculo e havendo-a acrescerá aos preços de uma e outra cousa:*

Por cada meia hora	*120 Rs.*
Chegando a 2 horas, por cada uma	*200 Rs.*
Chegando a 4 horas, por cada uma	*160 Rs.*

E daí para cima o mesmo».

Compreende-se, assim, fàcilmente, a nossa ideia de itinerários fechados embora não constituindo círculos fechados.

★

Examinando, detidamente, o prospecto, chega-se, com facilidade, à conclusão de que à sua elaboração presidiu, acima de tudo, a ideia de proporcionar, por preços módicos excursões ao que hoje em dia chamamos o *grande público*.

Seria ocioso apontar aqui os motivos que nos levam a defender um tal ponto de vista. Limitar-nos-emos a transcrever o documento para compreensão do leitor:

«Para Sintra ida e volta no mesmo dia 2.880 *Rs.*
De pôr só, ou ir buscar só ..... 2.400 *Rs.*
Aluguer de manhã até ao meio-dia, ao todo ..... 1.060 *Rs.*
Aluguer de tarde, dito ..... 1.600 *Rs.*
Em dia de Beijamão, em qualquer parte que se dê, e por este serviço sòmente ..... 1.440 *Rs.*
Enterros ..... 720 *Rs.*

Fora destas horas e serviços, tudo o mais, como se acha designado.

Dão-se traquitanas pelo mesmo preço das seges, em lugar destas, de mais segurança e decência.

Carrões ou carruagens para 4 pessoas acresce, só ao preço das seges, mais a metade.

Também há calexe (sic) ([42]) *carro inglês de 6 pessoas e carrões de 8 a 10 pessoas, por módicos preços em proporção; os quais para Sintra são os seguintes:*

4 pessoas de ir pôr ou buscar a 900 Rs.
5 pessoas de ir pôr ou buscar a 800 Rs.
6, 8, 9 ou 10 pessoas de ir pôr ou buscar a 720 Rs.

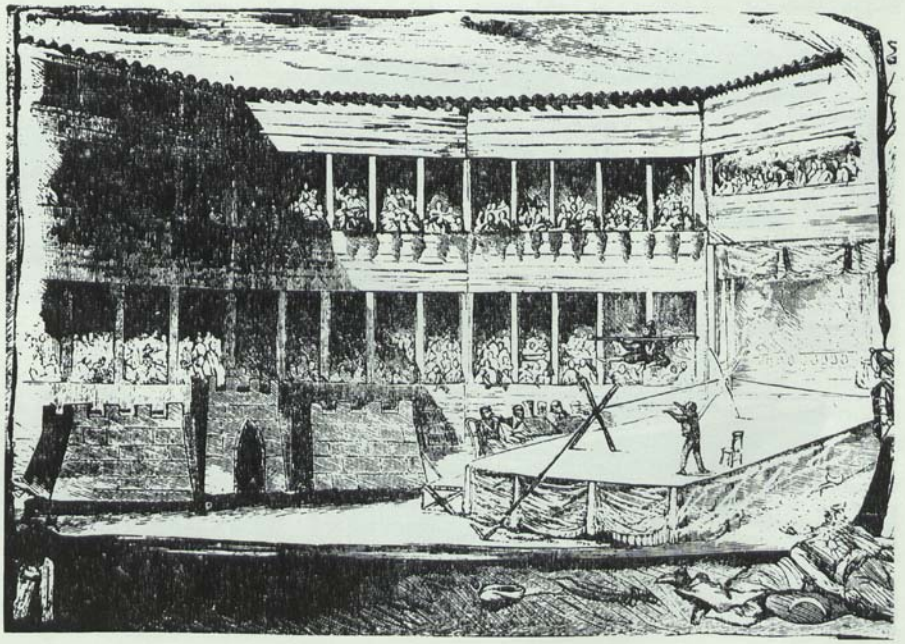
E indo e voltando no mesmo dia só acresce mais a metade dos mesmos preços.

Das Ave-Marias até à meia-noite de qualquer preço ou qualquer trem acresce mais a metade, e excedendo á meia-noite haverá ajuste, assim como para noitadas de bailes, dias festivos, e outros extraordinários que não são compreendidos.

Os preços dos alugueres se entende da sege ou traquitana, que tanto é para uma, como para duas pessoas.

N. B. O viandante nada mais tem a pagar do que os estabelecidos preços».

Teatro do Salitre



Claro que «les affaires sont les affaires» e, por isso mesmo, não escaparam as rubricas:

Em dia de beijamão, em qualquer parte que se dê e por este serviço sòmente ..... *1.440 Rs.*
Enterros ..... *720 Rs.*

que, em boa verdade, e sem esforço para ninguém, estão ali, nìtidamente, deslocadas.

*

Concluindo:

Estamos convencidos de não termos exagerado ao afirmarmos que estamos em presença de um dos mais antigos, senão mesmo do mais antigo sistema de *circuitos turísticos* da capital.

De facto, tudo o indica.

São as carruagens turísticas, de todos os tipos para excursão a Cintra; são as que se ajustam para *noitadas de bailes* e outros fins de pura distracção; são as que se alugam só de manhã, ou à tarde; são, finalmente, as que se destinam aos *circuitos turísticos*, sistema que, pela primeira vez, se introduziu em Portugal.

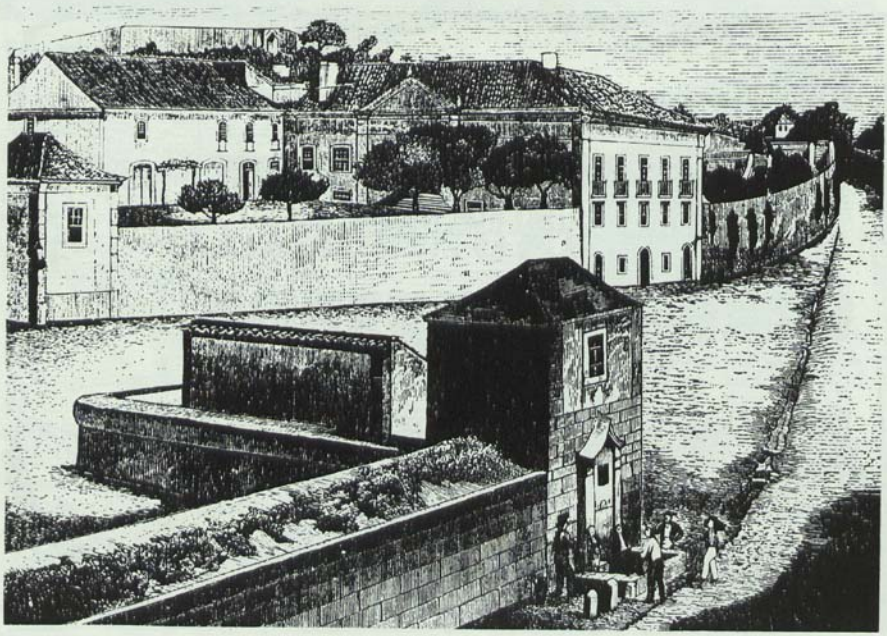
---

(1) A Ex.ma Sr.a D. Maria Isabel Martins, ilustre bibliotecária da Biblioteca Nacional de Lisboa.

(2) Não encontramos em Veloso de Andrade — *Memória* — qualquer referência a um chafariz instalado no Largo do Conde-Barão, pelo que supomos que se tratava de uma pequena *bica* do tipo da que hoje lá existe, ou que o A. se queria, tão só, referir ao chafariz da Esperança, não longe do itinerário sugerido.

(3) O Convento de S. Bento da Saúde foi fundado em 1598, com risco de Baltasar Álvares. As câmaras instalaram-se ali, por ordem de D. Pedro, Duque de Bragança, regente do Reino, em nome de D. Maria II, em 4 de Setembro de 1833, sendo as obras que se fizeram dirigidas por Possidónio da Silva. Em 17 de Junho de 1895, um incêndio destruiu o edifício que foi, totalmente, reconstruído de então para cá.

Chafariz da Cruz do Taboado



(4) O teatro do Salitre estava situado, conforme escreve Sousa Bastos no «Dicionário», na Rua do Salitre, ao lado da praça de touros do mesmo nome, mais ou menos no leito da actual Avenida da Liberdade. Foi construído pelo arquitecto Simão Caetano Nunes, sendo seu proprietário João Gomes Varela. Inaugurou-se a 27 de Novembro de 1782, tendo-se começado a demolir em 24 de Agosto de 1879 para continuação das obras da Avenida da Liberdade. O primeiro empresário foi Simão Caetano Nunes, tendo-se-lhe seguido Paulino José da Silva e, depois, António José de Paula, actor de cor, ao que parece natural de Cabo Verde e muito festejado o que põe em evidência a forma como os naturais do ultramar foram sempre acarinhados, em Portugal.

(5) O palácio da Bemposta que foi começado a edificar — conforme lemos no 3.º volume da Enciclopédia luso-brasileira de cultura «Verbo» — em 1694 ou 95 por ordem de D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV, e, então, viúva do rei Carlos II de Inglaterra, chegou a ser residência dos reis de Portugal, de D. João VI a D. Maria II, que o doou à Nação. Ali se realizou a célebre conspiração política conhecida por «Abrilada». É de arquitectura simples, mas de linhas sóbrias e até elegantes. Nele funciona, desde 9 de Dezembro de 1850, a actual Academia Militar o que levou a sucessivas adaptações após a reconstrução que sofreu entre 1918 e 1920. Apenas no átrio se pode admirar o tecto, de cimento patinado, imitando madeira de carvalho, e sete pares de azulejos, assinados por Jorge Colaço. Quase na extremidade poente da fachada avolumam os três corpos da capela, que já não é a primitiva, mas, sim, a que se deve à traça de Manuel Caetano de Sousa, após o terremoto de 1755. No interior, sobressaem as pinturas do tecto de Pedro Alexandrino, Inácio de Oliveira e Baptista Manuel Macário; a alegoria do retábulo da capela-mor, da autoria do italiano José Tlivono e do inglês F. Hichkey, e os restantes retábulos: *N.ª S.ª da Conceição, Quatro Passos da vida de S. Francisco e a Ceia*, na capela reentrante do S. S. do lado do Evangelho, saídos da oficina de P. Alexandrino. A. Gonçalves pintou os quadros da sacristia antiga. O escultor Valentim esculpiu a imagem da Senhora Mãe dos Homens e as estátuas do retábulo *(Santa Isabel e S. João Baptista)* são de José de Almeida, concluídas por Barros Laborão, em 1813. Este último escultor é o autor do tímpano da frontaria. Possuía, ainda, a capela uma famosa custódia e um quadro de Holbeir *(Fonte da Vida)*, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga.

(6) Na realidade, o antigo topónimo desta serventia pública, era Boiformoso, decerto referente a alguém. Por mal sonante, talvez, passou a Benformoso.

(7) O arco de Santo André foi aberto nas antigas muralhas da cidade. Como empachava o trânsito foi demolido mais tarde.

(8) O chafariz das Janelas Verdes foi construído, segundo a *Memória* de Veloso de Andrade, em 1775.

(9) É a Rua da Estrela actual, saindo do largo do mesmo nome em direcção da Rua Silva Carvalho.

(10) É a Rua Silva Carvalho dos nossos dias.

(11) É o pequeno largo ao fim das Ruas Silva Carvalho e do Cabo.

(12) É o troço da rua entre a Panificação e as Amoreiras.

(13) O Palácio Anadia fica situado junto da estação da Carris das Amoreiras sendo uma construção setecentista bastante acrescentada no século passado. Foi seu primeiro proprietário José Rebelo Palhares cujos herdeiros a perderam em 5 de Outubro de 1700 em favor de Francisco Duarte de Almeida e Sousa que a doou a seu irmão Aires que teve um descendente, Manuel de Sousa e Almeida que se casou com D. Violanta Engrácia da Sé da família Anadia.

(14) É do famoso arquitecto húngaro, ao serviço de Portugal, Carlos Mardel, o projecto do Reservatório das Amoreiras (1752) e, bem assim, ao que parece, o do Arco das Amoreiras.

(15) A Cruz do Taboado ficava no fim da actual Rua Gomes Freire, então, Carreira dos Cavalos. Neste local — escreveu Veloso de Andrade, loc. cit., — havia, primitivamente, uma bica que fazia frente à Carreira dos Cavalos e, em 1810, se fez este chafariz.

(16) Foi o arquitecto Caetano Tomás de Sousa quem traçou o projecto deste Palácio, mandado erguer por D. João V, entre 1743 e 1750, dele fazendo parte a capela e ainda uma casa para os padres da Congregação do Oratório. Nele funciona, actualmente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros estando a capela em total estado de abandono.

(17) Actual Rua do Possolo.

(18) Raul Brandão, citando a Duquesa de Abrantes, esclarece que, quando ela esteve, em Lisboa, em 1805, «o corpo diplomático, no princípio do século era assim constituído: Monsenhor Lourenço Callepi, arcebispo de Mifilique, que mora na Rua Direita de Santa Isabel...» Aliás a diocese era a de Nisibi, conforme se pode conferir em De Rossi e no P.e José de Castro. Monsenhor Callepi exerceu a nunciatura, em Portugal, no período agitado que medeia entre os anos de 1802 e 1817. Na realidade, depois de consagrado Arcebispo de Nisibi, em Frascata pelo Cardeal Bispo Duque de Iorque, desembarcou, em Lisboa, em 22 de Maio de 1802. As invasões napoleónicas levaram-no a fugir, para o Brasil, onde se encontrava a corte portuguesa na noite de 18 para 19 de Abril de 1808, utilizando um navio da esquadra inglesa. A sua acção, quer em Lisboa, quer, depois, no Rio de Janeiro, onde chegou, em 1814 e onde morreu, tem extraordinário brilho e evidencia grande amizade por Portugal e pelos portugueses. Deve ser ao seu palácio de Santa Isabel que se refere o documento.

(19) Campolide.

(20) Jinu é corruptela, ainda em uso de Junot. Não nos foi possível localizar esta *casa de Jinu* que, em 1805, viveu na embaixada francesa *situé au chafariz do Louretto*—conforme o testemunho de sua mulher a Duquesa de Abrantes. Por sua vez, R. Brandão esclarece: «Entre o palácio do Quintela, S. Carlos, o Ramalhão e o Palácio da Ega, desenrolam-se os fios da meada». Sabe-se que o quartel general de Beresford e de Junot foram no pátio do Saldanha, à Boa Hora.

(21) É a actual Rua de Artilharia Um.

(22) O Palácio de Palhavã que deve o seu nome a Gomes Lourenço de Palhavã, seu fundador no Século XVI, é também conhecido por Palácio Azambuja e foi edificado, na sua actual traça por D. Luís Lobo da Silveira, 2.º Conde de Sarzedas que adquiriu o núcleo primitivo a Jorge Gomes de Carvalhosa Palhavã.

(23) O Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Arroios, pertencia à Ordem da Conceição de Maria, estabelecida, em Portugal, segundo Luís Gonzaga Pereira — Monumentos Sacros, etc. — em 1625. O Convento de Arroios foi edificado pelos jesuítas, com o nome de Nossa Senhora da Nazaré, sendo o colégio e o noviciado inaugurado em 1705 durando até 1758 ano em que, dada a expulsão dos padres da Companhia de Jesus o imóvel foi entregue àquelas religiosas.

(24) O 3.º Marquês de Angeja e 4.º Conde de Vila Verde, D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa viu as suas casas, junto da Sé, destruídas pelo terremoto de 1755, pelo que D. José se apressou a doar-lhe o Forte da Estrela para sua residência. Foi sobre ele que surgiu o enorme palácio que tantos críticos célebres tem tido, entre eles Garrett.

(25) O Convento da Visitação de Santa Maria das Salésias foi fundado, em 30 de Janeiro de 1782.

(26) A Ribeira de Alcântara que corria pelo vale do mesmo nome, por debaixo dos arcos das águas livres, vinha desaguar no Tejo, por alturas da actual estação marítima. Ùltimamente tem-se procedido à cobertura desse curso de água a fim de permitir a urbanização do local.

(27) Foi Joaquim Pedro Quintela, 1.º Barão de Quintela, quem ordenou a construção do Palácio e o arranjo dos jardins, segundo a traça de seu tio o P.e Bartolomeu Quintela. Foi, porém, seu filho, 2.º Barão de Quintela e 1.º Conde de Far-

robo quem procedeu às grandes obras do palácio que se tornou quase lendário e à construção do teatro que teve risco de Fortunato Lodi e que ardeu em 9 de Setembro de 1862.

(28) Embora verificando a existência de várias Quintas do Pinheiro não nos foi possível localizar este Pinheiro, para os lados das Larangeiras; pelo menos por ora.

(29) De religiosas franciscanas da primeira regra de Santa Clara. Foi fundado pela Rainha D. Leonor, mulher de D. João II, sendo constituída a comunidade em 18 de Junho de 1509. D. João III mandou, por sua vez reconstruir a nova igreja, que sofreu com o terremoto. Toda a igreja é, extraordinàriamente rica, quer de talha, quer de quadros.

(30) Diz-se que o nome lhe vem de *arco da lenha* alusão às cambotas do Convento de Belém que ali estiveram arrumadas. A grafia oficial do vocábulo é agora *Alcolena*.

(31) Em consequência do atentado cometido contra D. José, edificou-se esta Igreja, cuja primeira pedra foi colocada em 3 de Setembro de 1760. As obras concluíram-se no reinado de D. Maria I, sendo arquitecto João Carlos Bibiène. O templo que lembra o da Estrela é dedicado a Nossa Senhora do Livramento e a S. José.

(32) Conforme escrevemos, no 1.º volume da Enciclopédia «Verbo»: «Em 10-11-1794, um pavoroso incêndio destruiu, por completo, o Paço da Madeira, mandado construir, no Alto da Ajuda, por D. José, sob a direcção dos mestres Petrone, Mazone e Veríssimo Jorge, com o objectivo de tornar a habitação real menos vulnerável aos terremotos. Um ano depois, em 17-7-1795, começavam a abrir-se os caboucos para o novo palácio, cuja primeira pedra foi, solenemente, colocada, por D. João VI, ainda príncipe, no dia 9-11 do mesmo ano. Machado de Castro e José da Cunha Taborda dão o impulso inicial ao projecto, sendo os arquitectos da versão definitiva, actualmente, incompleta, José da Costa e Silva e Francisco Xavier Fabri. Os arquitectos Manuel Caetano de Sousa e António Francisco Rosa e o brigadeiro Francisco António Raposo intervieram, também. Em 1807, as invasões francesas, fizeram que se suspendessem as obras que foram retomadas, mais tarde, até 1833, para jamais continuarem. A decoração da parte do palácio terminada no reinado de D. João VI, foi confiada à marquesa de Alorna, sendo habitada a partir de 1862. De todo o edifício que tem quatro alas, apenas se concluiu a do lado nascente que, embora, possuindo uma entrada majestosa não seria a principal, que ficaria voltada ao Sul. Os três pórticos de entrada, abertos num corpo central, sobrepujado por uma varanda com outras tantas enormes portadas que se elevam a toda a altura do 2.º e 3.º pisos, com vistas para nascente, dão para um vestíbulo ornamentado com estátuas de Machado de Castro, Joaquim José de Barros, Joaquim de Aguiar, Faustino Rodrigues, J. Viegas e Carlos Amatucci. Todo o interior é sumptuoso e dispõe de pinturas executadas por Manuel Pireti, Wolkmar Machado, Cunha Taborda, Joaquim Gregório, etc., Concluiu-se, fàcilmente, que neste ano de 1858, ainda o palácio inacabado da Ajuda estava por habitar o que só aconteceu 12 anos depois.

(33) Fica em Telheiras de Baixo.

(34) São todos os terrenos que ficam à ilharga do Hospital de Santa Maria, para o lado de Entrecampos e Rego.

(35) Foi D. Francisco de Castelo Branco quem, em 1682, mandou esboçar a primeira alameda que houve no Campo Grande. Mais tarde, em 1801, D. Rodrigo de Sousa Coutinho iniciou a plantação das árvores que hoje lhe dão, ainda, sombra. Em 1836 ou 37, o recinto passou a ser administrado pela Câmara Municipal de Lisboa, datando o início do actual arranjo de 1869.

(36) Esta serventia pública principiava, segundo Eduardo Queirós Velloso à esquerda do Largo do Leão, indo do Largo de Arroios e findava no fim da Calçada de Arroios.

(37) Notável retiro situado na Estrada de Sacavém, na Quinta de Santo António. Não sabemos se a referência a ele uma vez que João Monteiro — Estrada de Sacavém — o dá como inaugurado em 1860 sendo sua proprietária Gertrudes Rias Soares, portanto 10 anos depois de publicado o documento.

(38) O Convento de Chelas, cuja invocação é S. Félix e Santo Adrião, mártires, é de fundação muito antiga devendo datar de antes da fundação da nacionalidade portuguesa. Reedificado pelo 1.º Rei de Portugal foi aberto ao culto em 1192 tendo sofrido depois diversas modificações.

(39) O Palácio do Grilo concluiu-se por volta de 1779 nele se realizando as reuniões preliminares que haviam de levar à criação da Academia das Ciências.

(40) A actual igreja paroquial da freguesia de Carnide é a que foi do convento de religiosas da Ordem de Cristo, abolido, por Pio VI, em 11 de Agosto de 1789. Edificada no local de uma antiga ermida fundada por Pero Martins, no ano de 1463, sobre a *Fonte Milagrosa*, ainda, existente, foi muito danificada em 1755, apenas, resistindo a capela-mor, obra da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel (1575) e o seu túmulo, monumentos nacionais (16/6/1910 e 8/2/1923). Aponta-se como arquitecto da obra João de Ruão salientando-se 8 painéis quinhentistas de Francisco Vanegas e uma tela representando S. Bento dando a regra aos monges, de valor iconográfico que representam D. Manuel e a Infanta D. Maria.

(41) Na freguesia do Lumiar ficou situada esta serventia pública.

(42) Recordamos o que sobre o vocábulo *caleça*, escrevemos no 4.º volume da Enciclopédia «Verbo»: designação de um tipo de carruagem, também conhecida por *caleja* (Júlio Dantas, in *Outros Tempos*) ou *caleche* (Garrett, in *Viagens...*) que derivam do polaco Kolaska. As primeiras notícias deste tipo de viaturas parecem ocorrer na descrição das que constituiam a equipagem com que D. Luís da Câmara, Conde da Ribeira Grande, entrou em Paris em 18/8/1715. Portanto o seu aparecimento deve datar dos fins do século XVII. Eram seguras, de tipo reforçado, com 4 rodas e carregadas de encoiramentos, ora modestas e baratas, ora com bons estofos e bastante cómodas, com excelente obra de talha e armadas, em Portugal, por *tapeceiros* holandeses.

BIBLIOGRAFIA

— ABRANTES, Duquesa de — Mémoires, Vol. 5.º, Paris, s/d.

— ANDRADE, José Sérgio Velloso d' — Memória sobre chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos, etc. — Lx. 1851.

— ARAÚJO, Norberto Moreira de — Inventário de Lisboa — publicados 13 fascículos.

— BRANDÃO, Raul — El-Rei Junot.

— CASTRO, José de — Portugal em Roma, Lx. 1939 (?).

— DE ROSSI — Memorie intorno dela vita del Card. — Lorenzo Callepi — Roma, 1843.

— GARCEZ, Costa — Artigos, in Enciclopédia de Cultura Luso-Brasileira VERBO, 1.º, 2.º, 3.º e 4.º volumes.

— LEITÃO, Joaquim — O Palácio de S. Bento, Lx. 1945.

— MONTEIRO, João — A Estrada de Sacavém, Lx. 1952.

— PEREIRA, Luís Gonzaga — Monumentos Sacros de Lisboa, em 1833, Lx. 1927.

— RIBEIRO, Mário de Sampaio — Do Sítio da Junqueira, Lx. 1939.

— SILVA, Augusto Vieira da — O Arco e a Mãe-d'Água das Amoreiras, Lx. s/d.

— VELLOSO, Eduardo O. Pereira Queirós — Roteiro das Ruas de Lisboa, Lx. 1895.

RECONDUÇÃO DO GENERAL FRANÇA BORGES NA PRESIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Por Portaria publicada no *Diário do Governo*, II Série, de 4 de Abril de 1967, foi reconduzido, pelo período de mais quatro anos, no cargo de presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Sr. General António Vitorino França Borges.

No Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a presença da Vereação, de muitos funcionários, de representantes de várias actividades ligadas à vida lisboeta e de amigos pessoais do Sr. General França Borges, o Sr. Vice-Presidente Aníbal David proferiu a saudação que se insere, a qual foi muito aplaudida:

«Faz hoje precisamente 8 anos que V. Ex.ª tomou posse do cargo de Presidente desta Câmara Municipal.

Vinha V. Ex.ª precedido da auréola de Homem inteligente, e com alma e temperamento de artista.

Cedo, porém, nos apercebemos que V. Ex.ª era, na verdade, um homem dotado de excepcionais qualidades, não só de inteligência, como de acção, dinamismo, organização; de grande cultura e, ainda, possuidor de todas as facetas do chefe activo e corajoso.

Há 8 anos, Senhor General França Borges, que acompanhamos a sua extraordinária actividade em todos os campos da Administração Municipal. E se apreendemos, logo após a sua posse, ser V. Ex.ª dotado das verdadeiras e indiscutíveis qualidades de comando, com a marcha inexorável do tempo observamos dia a dia, e através da obra que ia sendo realizada por V. Ex.ª, que não é lícito admitir a qualquer cidadão bem intencionado que duvide que seja o período administrativo de V. Ex.ª um dos mais frutuosos e dinâmicos da história do Município de Lisboa.

Com firmeza e com coragem e, também, um grande amor a Portugal e à cidade de Lisboa, V. Ex.ª soube imprimir uma tal linha de orientação à sua maneira de agir, ao seu modo de apreciar e resolver os problemas, que não se exagerará em afirmar-se que conseguiu fazer de cada decisão camarária um rasgo de inteligência, de cada obra realizada um sinal de progresso, de cada lisboeta um amigo e admirador.

Foi agora V. Ex.ª reconduzido por novo período, ou seja, para o seu terceiro mandato, por portaria assinada pelo Ex.mo Sr. Ministro do Interior, em 28 do corrente. Isto constitui um prémio e uma homenagem prestada pelo Governo ao Homem e Oficial distinto que há 8 anos orienta esta casa. Representa um acto de justiça e de consideração pela própria cidade e seus munícipes, pois que V. Ex.ª tem sabido amá-la e embelezá-la generosamente, ia dizer: ardorosamente.

Não se torna fácil, a quem conhece em detalhe a acção de V. Ex.ª na administração da cidade, especificar em qual dos sectores tem sido mais proveitosa e dinâmica a sua obra. Quer no campo da urbanização, das Artes, das Letras, da Música, da Habitação, do Social, do Abastecimento, da expansão e engrandecimento da cidade, em qualquer destes campos vastos e difíceis, V. Ex.ª tem actuado inteligente e eficazmente e, de tal modo, que se tornaria fastidioso e quase impossível, discriminá-los todos.

Não posso, porém, deixar de enunciar alguns, pois que constituem o barómetro da alta temperatura e ânsia de construir, com que tem funcionado a Presidência de V. Ex.ª, e os Serviços Municipais, durante estes 2 quadriénios.

Aníbal David, Vice-Presidente da C. M. L., sauda o General França Borges

No plano da habitação, recordo em primeiro lugar o da construção de casas municipais para classes econòmicamente débeis, com o impressionante total de 2797 fogos, onde estão alojadas outras tantas famílias, distribuídos por 9 bairros.

A criação do Gabinete Técnico da Habitação ao abrigo do Decreto-Lei n.º ,42 454, cujos frutos começam a surgir com estes números impressionantes — A construção de habitações, prevista: 1770 em Olivais-Norte — 7610 em Olivais-Sul — 13 000 para Chelas e Marvila. Destas, encontram-se já concluídos 8108 fogos. Ficaram em poder do Município para realojamentos, 2980 fogos. Quer isto dizer, meus senhores, que durante os 8 anos que estamos a apreciar, a C. M. L. construiu e distribuiu a famílias pobres 5777 fogos, o que constitui um volume notável, e representa um esforço excepcional.

No campo da urbanização, foram concebidos e estão concluídos, ou já em curso, vários trabalhos da maior projecção e repercussão. Enunciarei apenas alguns.

No campo cultural:

— Reprodução de gravuras antigas sobre Lisboa;
— Edições e reedições de obras internas e turísticas de interesse para a cidade.

Exposições:

— Comemorativa do 1.º Centenário de Luís de Magalhães;
— Motivos de Lisboa — Carlos Botelho;
— Arte e Artesanato dos Funcionários Municipais;
— Lisboa na obra de Francisco Valença;
— Temas de Lisboa na iluminura e no azulejo;
— Evocativa de Vasco Lopes de Mendonça;
— Evocativa de Gustavo de Matos Sequeira;
— Lisboa na obra de David Pensoby;
— Comemorativa do 1.º Centenário do nascimento de Alfredo da Cunha;
— Lisboa vista por estrangeiros;
— Lisboa e o Tejo;
— 1.º Salão de Arte Fotográfica;
— Medalhística Olisiponense;
— Portugueses na Índia;
— Miniaturas Angolanas;
— Exposição de Floricultura.

Conferências:

— Sobre João de Deus e
— Bocage.

Estátuas:

— Guerra Junqueiro;
— S. Vicente;
— Condestável D. Nuno Álvares Pereira;
— Decorativas—para o Parque Eduardo VII e Parque Infantil do Alvito;
— Busto do Conde de Sabugosa;
— Busto do Padre Cruz.

Filmes sobre Lisboa — v. g. Amanhecer em Lisboa.

Criação do Orfeão Municipal.

Espectáculos oferecidos gratuitamente à população da cidade, de teatro, de bailado e recitais de poesia, para crianças e adultos, cujo número total, até à data, foi de 1121, além do prosseguimento dos Concertos Sinfónicos.

Escavações arqueológicas na Praça da Figueira.

Trabalhos para ser posto a descoberto o Teatro Nero, situado entre as Ruas da Saudade e de S. Mamede (ao Caldas).

Aquisição do Palácio Pimenta, com obras em curso, para nele se instalar o Museu da Cidade.

Recuperação da Casa dos Bicos, destinada ao Museu Municipal «Casa de Goa».

Grande reparação no Edifício dos Coruchéus, destinado a biblioteca especializada sobre arte, com construções anexas para salas de trabalho a utilizar por artistas plásticos.

Inauguraram-se as seguintes bibliotecas municipais:

— Vale Fundão;
— Alvalade;
— Bairro das Furnas;
— Carnide;
— Penha de França;
— Belém, *com sala de leitura para cegos;*
— 4 Bibliotecas itinerantes, com leitura diária domiciliária.

As salas de leitura das bibliotecas passaram a funcionar também como salas de estudo para os alunos de todas as escolas secundárias, médias ou superiores.

Inauguração do Museu Antoniano.

Estudos de Urbanização, sem os quais nada é possível realizar:

— Zona adjacente à Calçada de Carriche;
— Estudo da zona poente da Alameda das Linhas de Torres;
— Estudo de urbanização da Picheleira;
— Estudo do Vale Escuro;
— Estudo da zona marginal da Avenida da Índia;
— Estudo da Quinta das Pedralvas;
— Estudo da Quinta dos Charquinhos;
— Estudo das zonas marginais às Estradas da Luz e de Benfica;
— Estudo da estação rodoviária de Entrecampos;
— Estudo do prolongamento da Avenida de Berna;
— Estudo do prolongamento da Avenida da Liberdade;

— Conclusão do Plano Director de Lisboa;
— Estudo de pormenor das Malhas de Telheiras e Carnide que permitirá o desenvolvimento e expansão da Cidade;
— Estudo do Restelo;
— Estudo do Vale de Alcântara.

Construção de novos arruamentos:

— Arruamentos na Encosta do Restelo, no Bairro dos Olivais (1.ª fase) e no Bairro Azul;
— II Circular (Avenida Marechal Carmona);
— Arruamentos no Bairro do Grilo;
— Acesso ao Palácio das Necessidades pela Avenida Infante Santo;
— Praças de Espanha e de Sete Rios;
— Praceta da Alameda das Linhas de Torres;
— Reposição da Avenida da Liberdade e dos mosaicos nos pavimentos;
— Avenida Calouste Gulbenkian, à Praça de Espanha;
— Ligação da Avenida de Ceuta à Avenida 24 de Julho.

Construção dos lavadouros da Charneca e da Bempostinha.
Colocação de numerosos chafarizes.
Construção de prédio para a instalação de Serviços, no gaveto da Rua Castilho com a Rua Alexandre Herculano.
Construção do Restaurante de Monsanto.
Capela do Bairro Padre Cruz.
Aquisição do antigo «Teatro Taborda».

Viadutos e passagens inferiores para peões:

— Viadutos:

Da Buraca,
Da Luz,
Junto ao Estádio da Luz (2),
Da Avenida Calouste Gulbenkian sobre a Rua de Campolide.

— Passagens inferiores para peões:

Restauradores,
Avenida da República,
Avenida Fontes Pereira de Melo,
Praça Marquês de Pombal,
Avenida da Liberdade,
Praça D. Pedro IV (2).

Valorizações de conjuntos urbanos e de Palácios:

— Bairro de Alfama;
— Casa do Navegador na Penha de França.

Grupos Escolares construídos (9 grupos):

	Salas de aula
— Vale Fundão	16
— Furnas	12
— Santa Quitéria	12
— Santa Cruz de Benfica	16
— Olivais-Norte	16
— Madre de Deus	8
— Bairro da Musgueira (desmontáveis)	16
— Bairro Padre Cruz	12
— Bairro da Cruz Vermelha	16
Total	124

Construção de Instalações Desportivas, Recreativas e de Campismo:

— Parque Municipal de Campismo;

— Piscinas:

Parque de Campismo,
Parque Infantil do Alvito,
Campo Grande,
Areeiro,
Olivais;

— Aquisição do Estádio Municipal do Restelo e os grandes melhoramentos introduzidos;
— Campos de Ténis de Monsanto;
— Salões de Festas e Culturais anexos às Escolas:

Vale Fundão,
Furnas,
Santa Cruz de Benfica;

— Remodelação do Salão de Festas da Estufa Fria e tapamento dos seus vãos;
— Reconstrução da Fonte Luminosa da Praça do Império;
— Salão de Festas do Bairro Padre Cruz.

No sector de Viação e Trânsito:

— Regulamentos Municipais de Trânsito;
— Regulamentos de carburantes líquidos;
— Coordenação de transportes de superfície e do Metropolitano.

Instalações para abastecimento da Cidade:

— Novos mercados:

Alvalade-Norte,
Casas Novas — Bairro da Encarnação,
Praça Norte — Bairro da Encarnação,
Rua da Atalaia,
Bairro Padre Cruz,
Arco do Cego,
Lumiar,
Bairro Santos,
S. Domingos de Benfica;

— Edifício destinado à Administração do Matadouro-Frigorífico;
— Estação de Serviço do Matadouro-Frigorífico;
— Mercado provisório de ovos;
— Matadouro de aves no Mercado do Chão do Loureiro;
— Posto Sanitário da Encarnação;
— Remodelação do refeitório da Central Pasteurizadora de Leite e nova linha de enchimento para 12 000 litros de leite por hora.

Diversas ampliações dos cemitérios:

— Alto de S. João;
— Olivais;
— Lumiar;
— Benfica.

No sector da Iluminação:

— Estudos preparatórios e abertura do concurso para a instalação da sinalização luminosa automática;
— Extraordinário incremento e remodelação da iluminação pública da Cidade, hoje uma das mais bem iluminadas da Europa;
— Iluminação exterior e decorativa de quase todos os Monumentos Nacionais e Municipais, existentes na Cidade.

Assistência aos empregados da Câmara (médica, alimentação, habitação, educação).

Ainda no aspecto social será de evidenciar o notável e decisivo impulso dado à assistência aos servidores municipais, através da respectiva Caixa do Pessoal, proporcionando a abertura de cantinas para refeições a preço acessível, bem como assistência médica e medicamentosa aos beneficiários e suas famílias em termos comportáveis para as economias dos respectivos agregados.

O que deste relato se concebe, Sr. General França Borges, é que V. Ex.ª está de tal modo identificado com a obra do Município de Lisboa, durante estes 8 anos, que se torna impossível distinguir o homem das realizações, e, estas, do General França Borges.

Inicia agora V. Ex.ª um novo mandato à frente dos destinos da C. M. L. Antevejo já a continuidade da obra imensa que V. Ex.ª vem realizando, com a colaboração preciosa, e sábia, da Ex.ma Vereação, que sem desfalecimentos e também com um espírito de colaboração invulgar e interesse bem vincado, acompanha dia a dia, com entusiasmo crescente, o desenrolar do prestígio que V. Ex.ª consegue para a nossa querida e amada cidade de Lisboa.

Justo é também destacar neste momento a colaboração dos Serviços, e especialmente de uma parte importante de funcionários, cuja dedicação supera aquilo que possa ser legìtimamente exigido.

Peço pois licença para apresentar a V. Ex.ª em nome de todos os que nesta casa trabalham, desde a Ex.ma Vereação, na qual e em cada

Ex.mo Vereador V. Ex.ª conta um amigo sincero, passando pelos Ex.mos Directores de Serviço, esforçados colaboradores de todas as horas, aos mais modestos servidores, e no meu próprio, os votos mais sinceros de uma gestão feliz e fecunda, no prosseguimento do enorme volume de realizações em marcha neste momento, que tanto vão beneficiar e expandir esta cidade que V. Ex.ª serve com abnegação e desinteresse.

Que Deus lhe conceda saúde e vigor para continuar arcando com a enorme responsabilidade de administrar esta cidade, servindo-a e aos seus munícipes, com o ardor, carinho e ternura com que o tem feito durante estes dois quadriénios que estamos celebrando.

Isto chegará para contar com a amizade, admiração e estima de todos nós — quer dentro, quer fora deste Município — que o mesmo é dizer, de toda a população da cidade de Lisboa.

É que a sua simplicidade, a sua modéstia natural, o seu quase pedir desculpa de possuir virtudes e qualidades de excepção, impuseram V. Ex.ª, muito justamente, à consideração e ao respeito de todos nós, seus concidadãos e seus admiradores».

Num brilhante improviso, o Sr. Presidente agradeceu as generosas referências à sua actuação, a inestimável colaboração que lhe tem sido prestada pelos Srs. Vice-Presidente e Vereadores, bem como pelo funcionalismo municipal, e terminou reafirmando que, inteiramente devotado ao exercício das suas funções, continuará com o mesmo entusiasmo e espírito de bem servir a dedicar aos problemas da cidade a sua melhor atenção, procurando dar-lhes a solução justa, eficiente, prática e humana.

No final, o Sr. Presidente foi muito cumprimentado.

O funcionalismo do Município de Lisboa felicita o General França Borges pela sua recondução

Chegada ao Aeroporto de Lisboa

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE PARIS VISITA LISBOA

A fim de retribuir a visita oficial que o Senhor General França Borges fez recentemente a Paris, para assinatura do Pacto de Amizade entre esta cidade e Lisboa, o Senhor Paul Faber, Presidente do Conselho Municipal da capital francesa deslocou-se ao nosso país, onde permaneceu alguns dias.

No aeroporto, o ilustre visitante era aguardado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e pelo embaixador francês, além de outras entidades portuguesas e francesas.

À chegada, o Senhor Paul Faber afirmou sentir-se feliz por voltar a Lisboa, cidade que muito admira; e, recordando o ter nascido no nosso país, aproveitou o ensejo para saudar o povo da capital.

À tarde, no salão nobre dos Paços do Concelho, o Senhor Paul Faber e comitiva foi recebido pelo Senhor General França Borges, Senhora de França Borges, Vice-Presidente Senhor Aníbal David, vereadores e muitas outras individualidades civis e militares.

Na sua saudação, o Presidente do Município afirmou:

«Representa para mim uma grande honra poder apresentar a V. Ex.ª os mais sinceros cumprimentos de boas vindas, em nome da cidade e da Câmara Municipal de Lisboa, pois a estadia entre nós do ilustre Presidente do Conselho Municipal de Paris Sr. Paul Faber e de quantos o acompanham, é motivo de sincera alegria para todos nós.

Sempre a bela cidade de Paris ocupou lugar de distinção entre as cidades europeias e desde há muito que ela é querida dos portugueses pelo valor do seu espírito criador e das suas realizações nos mais variados campos da cultura.

A proposta dum pacto de amizade entre Paris e Lisboa, da iniciativa do Sr. Paul Faber que nele fez reflectir o sentir do seu próprio coração, vem ao encontro de uma realidade na medida em que confirmou e consolidou uma estima muito antiga.

Acima de tudo o acontecimento põe em destaque a profunda estima que o Sr. Paul Faber dedica a Portugal e de que ele quis dar público testemunho quando lhe foram entregues os destinos da cidade de Paris.

Com tal atitude ele quis afirmar não se ter esquecido do País onde nasceu, da terra onde viveram seus pais e onde ele próprio passou uma parte da sua existência.

A Câmara Municipal de Lisboa e com ela todos os seus munícipes, registam com muita gratidão a intenção amiga que presidiu à elaboração dum pacto que faz estreitar o abraço que une as capitais da França e de Portugal.

Acompanhado dos seus amigos o Sr. Paul Faber vai reviver a cidade e as terras que percorreu livre e despreocupadamente nos tempos da sua mocidade; foi nesses tempos que ele pôde conhecer em toda a sua profundidade e verdade, a História da Nação, a maneira de ser das pessoas, os recantos da Cidade, a graça dos bairros característicos, as colinas com os seus miradouros, as realizações grandes ou modestas, sempre impregnadas do desejo de bem servir.

Ele poderia assim, por si só, fazer aos seus compatriotas a apresentação da cidade de Lisboa com um espírito de imparcialidade que nos falta quando falamos da nossa própria terra.

Alguma coisa há-de ter mudado, ao longo dos anos. Mas não mudou a luz cristalina que doira os telhados e dá colorido aos bairros; nem o casario em anfiteatro procurando espreitar sobre os ombros dos vizinhos; nem o estuário do rio e os montes românticos que o abraçam pelo Sul. Não mudou o Rio Tejo velho e novo como o tempo, a afagar humilde e enamorado o burgo lusitano ou fenício, romano ou árabe e finalmente de novo lusitano e cristão. Não mudaram também as colinas da margem esquerda coroadas de verdura sobre um pedestal dourado a espreguiçar-se para poente em procura dos areais atlânticos.

Sob a protecção da colina que se vai afogar no mar está ainda a mancha clara da Trafaria que Paul Faber tão bem conhece.

Acima de tudo não mudou o espírito da tradicional hospitalidade portuguesa e aquele velho espírito de lealdade para com os nossos amigos que consegue atravessar os temporais da vida, sem se apagar ou quebrar. É uma das nossas riquezas.

Lisboa, conta milhares de anos. Ergue-se sobre os alicerces de outras cidades sucessivamente sepultadas pelos terramotos.

Hoje mesmo estão sendo trazidas à luz do dia as colunas do teatro romano dedicado a Nero no ano 57 antes de Cristo.

Os cataclismos destruíram não só as habitações com a sua arquitectura própria, como tudo aquilo que constituía o seu recheio, desde as obras de arte e mobiliário até aos arquivos contendo documentos preciosos acumulados durante séculos nos lares daqueles que descobriram novos mares e com eles as novas terras que povoaram e civilizaram, segundo o sentimento português.

E através de sacrifícios multiplicados, sempre os homens a fizeram ressuscitar mais bela.

Após a recepção nos Paços do Concelho

Preferiram que ela fosse antes bonita do que grande, antes hospitaleira do que egoísta, rica e fria.

É nessa cidade que o ilustre Presidente do Conselho Municipal de Paris, sua Esposa minha Senhora e os seus colaboradores são recebidos com simplicidade mas com amizade.

Ao longo desta visita será fácil reconhecer quanto na verdade o vosso grande País é estimado e querido por todos nós.

E é de acordo com este sentimento que formulo os mais sinceros votos em nome da Cidade de Lisboa pelas prosperidades e grandeza duma França forte, ordeira, unida, cristã e imortal.

E que Paris de amanhã continue sendo a maravilhosa Paris de todos os tempos, amada e admirada nas cinco partes do Mundo».

NA NOITE
DE SANTO ANTÓNIO

O DESFILE COLORIDO

DAS MARCHAS POPULARES DE 1967

A noite de Santo António foi sempre e continuará a ser, enquanto Lisboa guardar o cunho eminentemente lisboeta, a noite maior da cidade. O arco e o balão, o par jovem, a cantiga brincalhona, que andou em voga desde o princípio do século até aos primeiros anos da República, numa palavra, tudo quanto se conhecia pelo nome de marcha, geralmente com a designação da rua, da travessa ou do beco donde saía e onde recolhia alta madrugada, ganhou, com o decorrer do tempo, nova expressão, forma mais apurada, gosto de tendência estilizada. E surgiu a marcha popular, colorida, indumentada; e surgiu o «cavalinho», ou sejam os músicos indispensáveis à cadência do desfile e à graça da marcação; e surgiu o conjunto vistoso, tal como o povo, agora não da rua, da travessa ou do beco, mas do bairro inteiro, deseja que seja constituído.

A marcha é o bairro, por isso lhe assenta bem a classificação de «popular». Tem foros de citadina. E tradição, donaire, feição própria, inconfundível. Aqui os motivos imperiosos que

levaram o Município a acarinhá-las e a dedicar-lhes atenções especiais, no capítulo de organização, de maneira a transformá-las no mais sugestivo cartaz de Lisboa, ou das suas festas de Verão. Aqui, e também, a razão por que as marchas, de ano para ano, aumentam de prestígio e simpatia, traduzidos pelo favor do público — e até dos turistas — que acorre à Baixa para as ver e as aplaudir.

Pois o desfile dos conjuntos bairristas em 1967 foi, positivamente, deslumbrante. Avenida cheia de gente, passeios a trasbordar, pessoas em todo o ponto onde lobrigassem as marchas — as «suas» marchas. Mais uma vez, espectáculo recheado de colorido e vivacidade, patenteando cunho lisboeta, no tremular ondolante de arcos e balões. A Avenida, do Marquês, dos Restauradores, parecia imenso, rutilante bailarico, mas em cadência feérica prenhe de beleza. Foi exactamente assim esse cortejo bairrista, com evidência para os aglomerados de antigas tradições e de historial citadino, Lisboa sorriu, e cantou, e bailou, desde Alfama à Mouraria, desde a Madragoa varina ao Castelo fidalgo, desde Alcântara operosa à Benfica saloia.

Este o apontamento genérico do garrido desfile das Marchas Populares de 1967. O de pormenor envolve a descrição da passagem de cada conjunto, por entre aplausos exuberantes.

Abriu o cortejo uma banda e os estandartes das colectividades de cultura e recreio organizadoras das marchas. Os três Santos de Junho, festejados nos dias próprios, vinham em carros, logo a seguir. Santo António, São João e São Pedro, em alegoria simbólica, apareceram valorizados por iluminação cuidadosa e por ornamentação adequada. Depois...

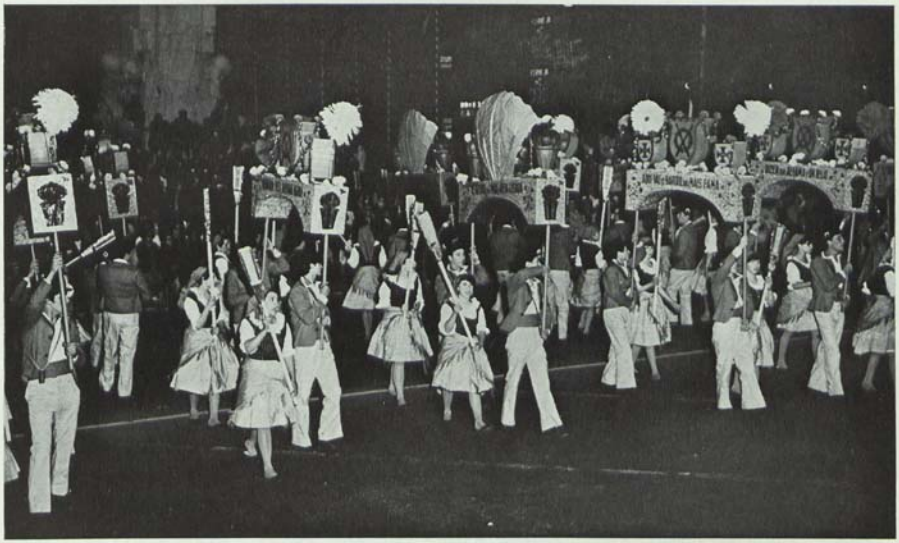
...Depois foi a alegria das marchas a encher de alegria as gentes. Primeiro, Alto do Pina, camponesas do século XIX, trajos rústicos de bom feitio. Vinha depois a Ajuda, donairosa, as raparigas indumentadas de merendeiras do século XVIII e os rapazes de passarinheiros da mesma época. Tudo bailava, nos dois conjuntos, arcos e balões a bambolear. Primeiras palmas calorosas, demoradas.

Mais gente moça — a dos Olivais, trajando de hortelões do século XVIII, desceu a Avenida, vivamente saudada pela multidão. Havia engenho no colorido da marcha. Jaquetas e calções, nos rapazes, e coletes, blusas e saias rodadas, nas raparigas.

Mais dois bairros: Alfama e Bairro Alto. Remadores e assadeiras de sardinha, os pares do primeiro, e peraltas e sécias, os do segundo. Ambos os grupos alegres.

Alegres e coloridos eram, igualmente, Carnide, Castelo e Santa Catarina. Exibições primorosas, pela simplicidade, pelo harmonioso rodar dos arcos, pela extraordinária animação. Meneios quase atrevidos das raparigas e, por certo, muito graciosos. Carinho na passagem, as gentes encantadas com os grupos.

Graça, Marvila e Campo de Ourique. Marchavam ao compasso das suas marchas, «cavalinhos» empertigados, vai-vem cadenciado de arcos e balões. Por espírito de justiça, empolgada pela apresentação simples, mas encantadora, dos lavradores e lavradeiras do velho bairro oriental da cidade, a assistência distinguiu, com justiça, o aprumo alinhado do conjunto marvilense, na realidade impressionante, na linha de arcos ligeiros com letras formando o nome do bairro. Foi um êxito — o maior do desfile. Por isso — e ainda



pela excelência das marcações nos espectáculos de exibição no Pavilhão dos Desportos — Marvila seria a marcha escolhida para receber o primeiro prémio.

Madragoa varina, peixeiras e homens do cais, todos descalços em obediência à tradição bairrista e de profissão, dançou um «vira» contagioso. Rapazes e raparigas, nessa demonstração balética, arrebataram o público. O segundo prémio da competição foi conquistado com galhardia.

Desfilaram, no final, Campolide, S. Vicente, Alcântara, Mouraria e Benfica. Encantavam, como os outros bairros, pelo colorido do guarda-roupa, pela vivacidade, pela nota sadia que emprestaram ao cortejo. Essa nota seria invulgarmente assinalada pela maneira mexida dos pares saloios do bairro do limite de Lisboa, rapazes de varapaus traçados por sobre os ombros e raparigas de calcinhas abaixo dos joelhos. E tudo pulava, tudo cantava.

Foi assim o fecho da noite memorável de Santo António em Lisboa — a noite das Marchas Populares.

IRISALVA MOITA

POVOADO NEOLÍTICO DE VILA POUCA

(SERRA DE MONSANTO)

I — A JAZIDA

O assento desta desmantelada povoação pré-histórica foi identificado por Virgílio Correia em 1912 quando percorria as abas inferiores da Serra de Monsanto em visita de reconhecimento, pouco depois de haver localizado, na margem esquerda do Caneiro de Alcântara, o *povoado de Sete Moinhos* (1). A área da estação foi vagamente delimitada por aquele ilustre arqueólogo como ocupando «toda a borda superior do segmento circular côncavo da pedreira grande de Vila Pouca», prolongando-se os vestígios «numa extensa área pela encosta acima até à *pedreira do francês*». Ainda que reconhecesse um certo arcaísmo no espólio recolhido em explorações sumárias a que procedeu, comparando-o com o de outros povoados neolíticos conhecidos (2), nomeadamente *Sete Moinhos, Liceia, Rotura* e *Chibanes,* classifica-a de estação neolítica «a que sem dúvida se podia chamar Castro».

Tendo retomado o lugar de Conservador dos Museus Municipais de Lisboa em 1958, no ano seguinte, apresentei aos meus Serviços um programa para a revisão das origens pré-históricas de Lisboa que incluia sondagens em algumas estações conhecidas, mas deficientemente estudadas e exploradas.

Tendo sido inscrita, por proposta da Secção de Propaganda e Turismo da C. M. L., uma verba, no orçamento ordinário desse mesmo ano, com vista às despesas decorrentes dos trabalhos previstos, iniciamos, depois de comunicada esta decisão à Junta Nacional da Educação, ainda no ano de 1959, a partir do mês de Outubro, sondagens na estação de Vila Pouca, cuja importância Virgílio Correia previra, mas que, apesar disso, continuava incompleta e deficientemente estudada.

Depois do pequeno opúsculo publicado por aquele arqueólogo em 1912, intitulado *Lisboa Pré-histórica — II—A Estação neolítica de Vila Pouca (Monsanto),* e da notícia das sondagens de Mesquita de Figueiredo (3), fez-se grande silêncio sobre esta, como sobre a estação de *Sete Moinhos,* continuando os arqueólogos a interessar-se vivamente pelas estações paleolíticas de Monsanto, cuja cronologia foi, contudo, objecto de reservas da parte de Henri Breuil (4). Em 1944 com a identificação do povoado de Montes Claros, descoberto por Leonel Ribeiro no ano anterior e explorado conjuntamente por este, o padre Eugénio Jalhay e Afonso do Paço, novamente o assunto das estações do último período da pedra da Serra de Monsanto foi retomado, mas, ainda desta vez, apenas abordado num trabalho de colaboração publicado na *Revista Municipal* daquele mesmo ano a que se seguiu, depois de novas sondagens realizadas pelos dois últimos no ano seguinte, a publicação intitulada *Lisboa há 4000 anos — A Estação Pré-histórica de Montes Claros (Monsanto)* (5).

Seguindo as indicações de Virgílio Correia percorri a parte inferior da lomba central da Serra de Monsanto onde fica situado o povoado pré-histórico de Vila Pouca, cujo centro, como já verificara o seu descobridor, devia ocupar o vão aberto pela pedreira, numa esplanada na base da encosta que desce do forte. Nas vertentes nascente e norte o terreno descai abruptamente sobre a ribeira de Alcântara, hoje dessecada em parte e transformada na Avenida de Ceuta, e sobre o pequeno ribeiro de Santana, seu afluente; da banda sul, a lomba desce mais suavemente em direcção à pequena ribeira da Pimenteira que, igualmente, se lançava no extinto Caneiro de Alcântara e que ainda hoje oferece as suas águas à pobre gente que habita os imundos casebres de Vila Pouca.

---

(1) Dias antes os funcionários do Museu Etnológico de regresso duma das suas excursões à vizinha estação arqueológica de Santana, haviam recolhido, nos terrenos sobranceiros ao pequeno povoado de Vila Pouca, alguns fragmentos de cerâmica, dois machados de pedra e um pedaço de mó que depositaram naquele Museu, sem do facto, contudo, terem tirado mais largas conclusões. Virgílio Correia quando fez o reconhecimento desta estação, desconhecia, porém, estes achados.

(2) Na altura todas as culturas hoje integradas no *neo-eneolítico* eram simplesmente classificadas de *neolíticas.*

(3) «Rev. de Guimarães», vol. XXXII, 1922.

(4) Os membros dos Serviços Geológicos, Dr. G. Zbyszewski e Eng.º Veiga Ferreira, que visitaram os nossos trabalhos, informaram-nos, então, que, em tempos, também ali haviam procedido a sondagens, na altura ainda inéditas. Actualmente encontra-se publicada por aqueles especialistas uma notícia sobre o material recolhido, incluída nas «Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia».

(5) *Lisboa e o seu Termo,* ed. Assoc. Arq. Port., Lx., 1947.

Observando uma carta geológica de Lisboa e arredores verifica-se que a estação assentava numa mancha cretácica arável que reveste, exteriormente, um substrato de calcário turoniano, formando uma espécie de ilha rodeada pela zona basáltica de Monsanto e Campolide.

Toda a camada arqueológica encontra-se profundamente revolvida devido à acção deslocadora dos agentes atmosféricos exercida sobre um terreno em declive, à exploração continuada de pedreiras, trabalhos de lavoura e, ùltimamente, à arborização total da Serra, transformada actualmente em Parque. Por toda a zona compreendida nos limites acima referidos, logo que se verifica o corte dum talude ou a abertura duma cova, é bem visível a camada de terra vegetal de cor escura com grande mistura de cascalho, onde os rebotalhos duma florescente indústria de sílex, logo alertam a nossa atenção. À medida que nos vamos aproximando das imediações do bordo superior da *pedreira grande de Vila Pouca,* também chamada *pedreira do francês* (6), a quantidade de fragmentos de sílex lascado vai-se avolumando e, mesmo à superfície, começam a aparecer objectos talhados naquela rocha, de mistura com fragmentos cerâmicos que, no entanto, à superfície, são bastante mais raros. A parte superior da estação e centro dela foi separada da parte inferior pela abertura duma estrada que, passando por baixo do Viaduto Duarte Pacheco, desenha um semi-círculo em volta da estação e, ao longo da depressão cavada pelo ribeiro de Santana, bifurca-se em várias direcções.

Foi na esplanada, situada no interior deste meandro, que fizemos incidir os nossos trabalhos de reconhecimento. Estes constaram da abertura de quatro trincheiras de 5,50 m de comprimento por 1,10 m de largura, mais ou menos afastadas umas das outras, designadas na planta inclusa *(Est. LIV)* por T_1, T_2, T_3 eT_4. Cada uma destas trincheiras foi dividida em 3 sectores, sendo as terras removidas, em cada um deles, por camadas de 10 a 15 cm. Como a camada vegetal é de espessura muito variável, o chão natural foi atingido a profundidades muito diferentes nas várias trincheiras, variando ainda sensìvelmente, dentro da mesma trincheira. Assim, se na T_1 a camada arqueológica apresentou uma espessura compreendida entre os 0,80 m e 1,10 m e na T_3 essa camada atingiu uma espessura de 1,50 m, na T_2, aberta no início da encosta, a profundidade máxima apenas oscilou entre 0,30 m e 0,65 m, não tendo ultrapassado os 0,50 m na T_4, aberta no bordo inferior da pedreira. Com a abertura destas trincheiras pretendemos verificar a possível existência e composição das camadas arqueológicas e determinar, na medida do possível, o perímetro do povoado.

Este, porém, encontra-se completamente revolvido e convulsionado pelo homem e pelos agentes atmosféricos — situando-se numa encosta de superfície ondulada, os ventos e as enxurradas foram deslocando lentamente a camada solta onde se encontrava o espólio arqueológico, depositando-a, em seguida, nas depressões, o que provocou a exposição da rocha subjacente donde, em consequência, foram varridos todos os vestígios das indústrias pré-históricas.

Os taludes formados pelos cortes nas T_1 e T_2 apresentaram estratigrafia bem visível, assim distribuída a partir da camada superficial:

1 — Uma camada de terra profundamente trabalhada pela charrua, de tonalidade cinzenta pardusca, com espólio constituído por objectos de sílex, alguma cerâmica muito fragmentada e raros vestígios de origem animal — ossos e conchas de moluscos.

2 — Uma camada mais espessa de terra vegetal cinzenta-negra com grande mistura de esquírolas de sílex, seixos, conchas de moluscos e ossos de vários animais e rica de objectos líticos e fragmentos de cerâmica.

3 — Uma camada menos espessa de terreno mais firme, de cor avermelhada, onde o espólio da camada anterior permaneceu, diminuindo a sua frequência à medida que se aproximava o chão virgem.

4 — Substracto de calcário turoniano.

Os taludes das trincheiras T_3 e T_4, ao contrário, não apresentavam estratigrafia visível. Esta última, aberta na orla NE da jazida pré-histórica, apenas forneceu vagas lascas de sílex e raros fragmentos de cerâmica lisa, registando-se ausência de restos de cozinha; ao contrário, a T_3 com uma camada arqueológica uniforme, semelhante ao 2.º nível das T_1 e T_2 — podendo ser constituída, em grande parte, por terras amontoadas quando da abertura da pequena pedreira que lhe fica ao lado — forneceu abundância desusada de objectos líticos, muitos fragmentos de cerâmica (esta, porém, só a partir do 2.º nível) e raras conchas e ossos de animais. Foi tentando atingir o chão natural nesta trincheira, no seu extremo sul, que, a uma profundidade de cerca de 1,30 m começaram a aflorar seixos de basalto que logo nos puseram de sobreaviso por, na região circundante, não existir aquela espécie mineral. Efectivamente, ao prosseguirmos os trabalhos, pusemos a descoberto um circuito mais ou menos circular (com uma reentrância provocada pela abertura duma cova que arrancou alguns calhaus, quando da arborização do Parque), calçado de basalto. O seu reduzido diâmetro que não ultrapassa 1,10 m e o facto de alguns dos seixos estarem colocados de cutelo (*Est. LI, 1*) levaram-nos a pôr de parte a hipótese de se tratar dum chão de cabana, devendo tratar-se apenas dum assento de lareira. A grande quantidade de carvões recolhidos na camada que lhe ficava sobreposta dão consistência a esta nossa hipótese.

Procedemos ainda a uma pequena sondagem aproveitando os taludes da pedreira que ficava junto desta última trincheira e que apresentava composição muito semelhante à da trincheira anterior. Junto do ângulo formado pelo encontro dos dois cortes e a cerca de 6 m do recinto empedrado anteriormente referido, pusemos a descoberto um fundo de cabana oval cujos diâmetros oscilam entre 2 m e 2,5 m revestido duma camada de argila endurecida, de cor avermelhada (*Est. LI, 2*). Este fundo de cabana, ainda que situado sensìvelmente ao nível do empedrado anterior, encontrava-se logo abaixo da camada superficial devido ao declive brusco do terreno, a partir deste último.

II — O ESPÓLIO RECOLHIDO

Apesar de havermos respeitado, durante as sondagens a que procedemos, as regras clássicas da divisão das trincheiras em sectores e feito a remoção das terras por camadas, tendo sido recolhido separadamente e devidamente referenciado o espólio respectivo, desistimos de fazer alusão, neste trabalho, à localização e estratigrafia por termos verificado que os materiais encontravam-se completamente misturados não tendo, pois, aquelas referências, qualquer significado. Limitei-me, por isso, a deixar indicada essa localização nas fichas que elaborei para cada espécie e que são pertença dos Serviços dos Museus da C. M. L.

Passarei, por isso, a fazer a descrição do espólio respeitando sòmente a classificação em espécies, agrupadas segundo a sua tipologia.

1 — INDÚSTRIAS LÍTICAS

Entre as indústrias líticas, as de sílex ocupam, de longe, o primeiro lugar entre o espólio da estação de Vila Pouca. Situada sobre uma mancha cretácica, excepcionalmente rica em sílex, como já referimos, esta estação, como outras das vizinhanças, apresenta características de verdadeiro centro oficinal. Era esta região e a de Rio Maior, em que igualmente abunda aquela rocha, que forneciam a matéria prima (ou os artefactos) que abasteciam o *hinterland* estremenho. São vulgares, à superfície, os seixos ou *rognons* de sílex com as faces mais ou menos concrecionadas donde fàcilmente se arrancariam núcleos. Predomina a cor cinzenta, geralmente clara, duma patina esbranquiçada, opaca, ou levemente brilhante; patinas acastanhadas ou amareladas, geralmente mais brilhantes, apenas anotamos num reduzido número de exemplares.

(*) Virgílio Correia distingue entre *pedreira grande de Vila Pouca* e *pedreira do francês*, mas, trata-se, na realidade, duma mesma pedreira, hoje dividida em duas partes pela abertura duma estrada que envolve o circuito central da estação. É a secção superior da pedreira que é conhecida por *pedreira do francês*.

Além do sílex, outras rochas encontram-se ali representadas, mas num número restrito de espécies: alguns raros núcleos de quartzo, bastante toscos, dois micrólitos de quartzo hialino *(Est. XVI, 2, 3)*, e alguns fragmentos de machados de quartzite e xisto a que nos referiremos a seu tempo.

Distribuimos as indústrias líticas pelos seguintes grupos tipológicos:

Lascas: A indústria de lascas ocupa o primeiro lugar entre os objectos de sílex por nós seleccionados. Apresentam formatos e dimensões muito variadas e são, geralmente, grosseira e incompletamente talhadas, podendo, num grande número de casos, tratar-se de tentativas frustadas para fabricar determinados objectos.

Além dum pequeno grupo de maiores dimensões que lembram peças do mustierense *(Est. VI)*, a grande maioria é constituída por lascas delgadas, de dimensões médias, informes, por vezes com os bordos finamente retocados; e um conjunto, igualmente numeroso, de lascas de reduzidas dimensões ou de dimensões microlíticas, entre as quais distinguiremos:

1 — Algumas tentativas para afeiçoar as lascas a determinados instrumentos que, na maior parte dos casos, não foram, porém, completamente atingidos, como: alguns buris toscos *(Est. VI, 13, 14, 15; Est. IX, 21; Est. XI, 19, 20, 21, 22, 23 e 24; Est. XIII, 15, 16; Est. XIV, 18)*; um grupo apresentando dois bordos concorrentes num vértice que, nalguns casos, poderiam servir de furador *(Est. I, 12; Est. II, 16; Est. IV, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 20; Est. V, 2; Est. VI, 14; Est. XI, 18; Est. XIII, 22)*; um grupo numeroso com parte do bordo talhado em forma de lâmina *(Est. I, 1, 6; Est. II, 13, 17, 18, 21; Est. III, 1, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 17; Est. IV, 2, 4, 6, 7, 10; Est. XIV 13)*; e ainda tentativas de raspadeiras, de pontas, etc., que trataremos em alíneas especiais.

2 — Alguns exemplares com retoque bi-facial ou retoques sumários na face ventral *(Est. IV, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21; Est. V, 7; Est. VIII, 8; Est. XI, 4; Est. XII, 18; Est. XIII, 3, 12; Est. XIV, 12)*.

3 — Um certo número de exemplares com entalhes retocados *(Est. II, 18; Est. IV, 15, 18, 19, 20, 21; Est. V, 11, 13; Est. VI, 14; Est. XIII, 2, 16, 29; Est. XIV, 1, 2, 6, 21, 22, 29, 31; Est. XV, 1, 20, 23)*.

4 — Um conjunto numeroso de pequenas lascas discoidais, por vezes de dimensões microlíticas *(Est. X, 1 a 23; Est. XI, 6)*, entre as quais se notam alguns exemplares com os bordos retocados em forma de raspadeira *(Est. X, 5)*.

5 — Um conjunto também numeroso de pequenas lascas com tendências microlíticas, de formatos geométricos inclassificáveis, por vezes com os bordos finamente retocados *(Ests. XII, XIII, XIV, XV)*. Entre estas destaca-se um conjunto de trapézios e paralelogramos alongados, obtidos sobre fragmentos de lâmina, com os bordos transversos retocados, alguns dos quais com entalhes *(Est. XIII, 2, 3; Est. XIV, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 25; Est. XV, 1, 21, 23)*. Alguns destes sílices apresentam parte do bordo retocado em forma de raspadeira *(Est. XIV, 22; Est. XV, 8)*.

Este último conjunto que também foi notado na estação de *Montes Claros* pelos seus exploradores (7), merece referência especial, pela frequência e novidade que apresenta no conjunto das nossas indústrias. É possível que tenham destino idêntico ao dos micrólitos triangulares e trapezoidais frequentes nas indústrias de tradição tardenoisense e, por isso, haveria, talvez, maior coerência em os incluir no grupo dos micrólitos geométricos, ainda que as suas dimensões, apesar de reduzidas, não possam, rigorosamente, ser consideradas microlíticas.

Micrólitos geométricos — Além do conjunto de sílices geométricos que incluímos no grupo tipológico anterior, seleccionamos um grupo de micrólitos que reunimos na *Est. XVI*, dos formatos triangular e subtriangular *(14, 28)*, semi-lunar *(29, 30, 31, 33, 34)*, trapezoidal ou apenas trapezoide *(8, 9, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32)*; e ainda outros, de dimensões idênticas, mas que seguem padrões geométricos divergentes — paralelogrâmicos, romboidais, quadrangulares, etc. *(1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 35, 36)*. Alguns destes micrólitos apresentam escavações ou entalhes retocados mais ou menos profundos *(1, 2, 5, 6, 12, 13, 16, 19, 25)*.

Raspadeiras — As raspadeiras e raspadores constituem um conjunto importante e variado entre o espólio de Vila Pouca, alternando de formatos e dimensões que vão desde as grandes raspadeiras espessas, lembrando as do Paleolítico Superior, às raspadeiras microlíticas, características do Mesolítico. Entre elas destacaremos os seguintes grupos:

1 — Grandes e espessas, alongadas ou globulares *(Est. VIII, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8)*.
2 — De dimensões médias, carenadas *(Est. IX, 1, 3, 5, 7, 8)*.
3 — Dimensões variáveis, discoidais ou elipsoidais *(Est. VIII, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16)*.
4 — No bordo de lascas ou no topo de lâminas *(Est. VII, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17)*.
5 — Microlíticas *(Est. IX, 17, 18, 19, 20, 21; Est. X, 5)*.

Lâminas — O numeroso conjunto de artefactos de configuração laminar caracteriza-se pelo seu carácter fruste que lhe dá um aspecto inacabado. Baseando-nos nas suas dimensões e características, formamos os seguintes grupos:

1 — Lâminas grosseira ou incompletamente talhadas e retocadas, de dimensões variáveis: *a)* grandes e espessas; *b)* curtas e largas, confundindo-se com as lascas, geralmente com bolbo de percussão num dos topos; *c)* algumas, mais raras, alongadas, ou levemente encurvadas; *d)* um grande número de lamelas muito curtas, parecendo tratar-se de pequenos fragmentos — o que é provável em relação a alguns exemplares — grande parte dos quais com bolbo de percussão num dos topos *(Ests. XVII e XVIII)*.
2 — Um grupo muito numeroso de pequenas e delgadas lâminas ou lamelas que atingem, por vezes, proporções microlíticas, geralmente com os bordos mais ou menos paralelos, de aresta viva, muito raramente retocados; os topos, em geral truncados, ou um deles com bolbo de percussão *(Ests. XXX a XXXIII)*.
3 — Um pequeno grupo com entalhes retocados: laterais *(Est. XXI, 1, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 29, 30, 31)*; num dos topos *(Est. XXIX, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 26, 27)*; com truncadura oblíqua igualmente retocada *(Est. XXX, 11, 23, 24, 25, 27, 28)*.

Furadores e punções — São poucos os artefactos que podemos classificar de furadores *(Est. XXXIV, 1 a 15)* e *(Est. XXXV, 1 a 9)*. Entre os representados na primeira *Estampa*, alguns apresentam formato duvidoso entre ponta e furador; os n.os 2, 3, 4, 5 com o perfurador perfeitamente destacado da base e cuidadosamente retocado em ambas as faces, lembram alguns exemplares das grutas de *Dar es Soltan* (Marrocos) e encontram-se exemplares idênticos no espólio de *Montes Claros*. Entre os mais delicados e que podem classificar-se de punções, contam-se os exemplares *n.os 9, 10 e 11*, o primeiro dos quais assemelha-se a uma delicada agulha de pedra; alguns exemplares apresentam um perfurador delicadamente retocado sobre lasca grosseiramente talhada *(11, 17 e 18)*. Os representados na

(7) E. Jalhay e A. do Paço — *Lisboa há 4000 anos — A Estação Pré-Histórica de Montes Claros (Monsanto), in Lisboa e o seu Termo*, vol. I, Lx., 1947.

Est. XXXV apresentam-se mais grosseiramente talhados e retocados, sobre lascas mais largas e espessas *(Est. XXXV)*; alguns destes foram obtidos em topos de lâminas *(7, 8, 14, 15)*. Outros apresentam entalhes retocados, procurando uma melhor posição para os dedos *(1 e 2)*.

Pontas — Poucos são os artefactos de sílex que podemos classificar, sem hesitação, de pontas de seta e, mesmo assim, mal afeiçoadas *(Est. XXXIV)*; o n.º *20*, de faces retocadas e base levemente convexa; o n.º *23* de base levemente côncava (concavidade triangular) e faces igualmente retocadas; os n.ºs *16, 21 e 22* de base triangular e retoque marginal grosseiro (os dois últimos exemplares com as pontas quebradas); o n.º *22* com espigões laterais incipientes. Outros exemplares, os n.ºs *24, 25 e 26* apresentam uma tipologia pouco definida, podendo, porém, tratar-se de pontas de seta inacabadas ou grosseiramente afeiçoadas. Os fragmentos n.ºs *27 e 28* apenas os incluímos na mesma *Estampa* por o seu retoque lembrar o das pontas neo-eneolíticas, podendo, porém, tratar-se de exemplares inacabados ou de simples fragmentos. Mais concludentes são os fragmentos de ponta de lança *(Est. XXXIV, 29)* com as faces retocadas; e os fragmentos de ponta de lança ou alabarda *(Est. XXXVI, 1, 2, 3, 4)*, grosseiramente retocados.

Os exemplares n.ºs *5, 6, 7, 8* representados na mesma *Estampa XXXVI*, cuja intenção de alcançar um instrumento em forma de ponta não pode ser posto em dúvida, pertencem, porém, ao grupo de artefactos desta estação que fogem aos cânones comuns.

Objectos líticos de difícil classificação — O grupo de artefactos que representamos na *Estampa XXXVII* constitui um conjunto de tipos aberrantes, cuja filiação nas indústrias gravetense e epi-gravetense não pode ser posta em dúvida. Estão, neste caso, os objectos representados sob os n.ºs *1, 2, 3, 11, 12, 13, 14, 15, 16* que podemos clasificar de lâminas e pontas com um dos bordos grosseiramente rebaixado; e os pequenos artefactos representados sob os n.ºs *4, 5, 6 e 7* em forma de gomo, com as faces retocadas.

Neste mesmo grupo de objectos, ainda que sem qualquer relação com os anteriores, podem ser incluídos os picos de sabor campinhense representados na *Est. XXXVIII, 1, 2 e 3* e o biface de sílex representado sob o n.º 4, da mesma *Estampa*.

Núcleos — Tratando-se dum centro oficinal justifica-se a grande quantidades de núcleos ali recolhidos, de formas e dimensões variadas — muitos dos quais incompletamente aproveitados. Reveste-os o mesmo aspecto fruste que caracteriza os instrumentos deles arrancados. Apesar de não apresentarem, duma maneira geral, exemplares perfeitos, podemos com eles formar os seguintes conjuntos:

1 — Núcleos espessos, de superfície irregular, lembrando os do Paleolítico Superior *(Est. XLI)*.
2 — Núcleos de dimensões médias, globulares, com as lascas arrancadas irregularmente *(Est. XLII)*.
3 — Núcleos piramidais ou de formatos diversos com os alveos das lâminas arrancados, paralelos e regulares *(Est. XLIII)*.
4 — Núcleos com tendência microlítica, do *tipo* geralmente denominado *tardenoisense (Est. XLIV)*.

Tranchetes e machados — Apesar do seu aspecto pouco definido, não podemos deixar de considerar notáveis as peças de sílex representadas na *Est. XXXIX* que podemos classificar de tranchetes, devido à raridade com que estes artefactos, de tradição campinhense, aparecem nas nossas colecções.

Alguns deles *(1 e 2)* parece terem sido utilizados como núcleos, se é que as lâminas arrancadas ao longo das faces não tiveram apenas a intenção de adelgaçar as peças. Em todos os exemplares é nítida, porém, a intenção de formar um gume.

Notável também e, igualmente raro entre as nossas indústrias, é o fragmento *n.º 6* que já podemos classificar de machado de sílex com as faces parcialmente retocadas.

Reunimos também um grupo, pouco numeroso, de fragmentos de machados de xisto anfibólico e de quartzite: os primeiros, de que apresentamos alguns pequenos fragmentos *(Est. XL, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7)*, parece terem preferência pelo formato triangular; os fragmentos de machados de quartzite *(Est. XL, 8, 9, 10, 11, 12)* são demasiado pequenos para podermos fazer considerações sobre os seus formatos; o *n.º 14* é um fragmento de machado de mármore, de secção subtriangular. O pequeno machado representado no *n.º 13* e o fragmento *n.º 15*, ambos de calcário, devido à pouca consistência do material e às reduzidas dimensões do primeiro, não devem ter tido aplicação de carácter utilitário.

Trituradores — Não encontramos qualquer exemplar que possamos classificar de mó e apenas a peça de granito representada na *Est. L, 10*, com uma das faces levemente escavada e poída pelo uso, pode ser classificada de triturador (*). Alguns dos seixos com sinais de terem sido utilizados e que nós representamos nas *Ests. XLV e XLVI* devem também ter tido utilização idêntica.

Seixos rolados com sinais de utilização—São frequentes, entre o espólio, os seixos rolados de dimensões variadas, alguns com nítidos vestígios de terem servido de trituradores, percutores, amoladores, etc.

Os *n.os 4 e 11* da *Est. XLVI*, com truncaduras intencionais, lembram peças das chamadas indústrias de *facies lusitaniano*.

2 — CERÂMICA

Nas quatro trincheiras de reconhecimento por nós abertas no recinto da estação foram sempre muito abundantes os restos cerâmicos, porém, em fragmentos demasiado pequenos para podermos reconstituir os recipientes a que pertenciam. Partindo, porém, da diversidade dos bordos recolhidos e diferente contextura das pastas somos levados a concluir da existência dum grande número de exemplares, todos de fabrico manual.

A *pasta* caracteriza-se, duma forma geral, por entrar na sua composição grandes quantidades de partículas de quartzo, apresentando-se simplesmente seca ao sol ou, mais frequentemente, com vestígios de cozedura. Atendendo ao seu aspecto e composição, classificámo-la nas seguintes alíneas:

1 — Pasta grosseira, mal cozida, profundamente arenífera, com ou sem mistura de carvão.
2 — Pasta grosseira, com mistura de areias, carbonizada interiormente e revestida duma camada que varia entre o avermelhado e o amarelo terroso.
3 — Pasta totalmente carbonizada e com maior ou menor percentagem de partículas de quartzo.
4 — Pasta fortemente carbonizada, com fraca percentagem de areias e paredes mais ou menos delgadas.
5 — Pasta dum tom rosa vivo, areenta (pequenos fragmentos).
6 — Pasta de paredes mais ou menos delgadas, avermelhada ou acastanhada, com fraca percentagem de areias. Alguns fragmentos têm a superfície alizada e outros revestem-se duma camada tão intensamente avermelhada que, por vezes, hesitamos em descobrir neles vestígios de pintura. Esta, porém, nunca foi confirmada.

Como já referimos, só num número reduzido de casos é possível reconstituir os vasos a que pertencem os fragmentos. Entre estes, registamos as seguintes *formas* indicadas pela ordem da sua frequência:

1 — Paredes baixas e fundo plano em forma de prato de vaso de flores.
2 — Paredes baixas e fundo convexo (perfil angular).
3 — Semi-esférica ou em forma de tijela.
4 — Perfil levemente divergente em direcção ao bordo.

(*) Esta peça desapareceu do próprio local da escavação antes de a havermos recolhido, levada por qualquer viandante que achou graça em pregar-nos essa partida.

São numerosos os fragmentos de vasos que conservam parte dos *bordos (Est. LIII)*, os quais podemos agrupar nos seguintes tipos principais:

1 — Levemente divergentes com ou sem rebordo marcado; alguns fragmentos apresentam um rebordo interno oblíquo e espesso.

2 — Convergentes, com a superfície arredondada, ou formando chanfradura oblíqua, mais ou menos pronunciada; levemente convergentes com rebordo interno marcado; convergentes, formando ângulo recto ou obtuso com o corpo do vaso.

3 — Com rebordo decorado com impressões unculares.

Só dois fragmentos apresentam vestígios de *asas;* a protuberância do fragmento representado na *Est. L, 1*, que, à primeira vista, pode confundir-se com uma asa, não passa do revestimento sob o qual corria um fio de suspensão que deixou vestígios da sua passagem no barro. Outros exemplares apresentam apenas pegas mamilares ou menores dimensões.

Não registamos nenhum exemplar com orifícios de suspensão, vulgares na cerâmica de outras estações da mesma época. Porém, como se trata de cerâmica muito fragmentada, esta ausência pode ser meramente casual.

São raros os fragmentos com *decoração*, e nos poucos casos em que ela aparece, limita-se a impressões unculares ou digitais decorando rebordos dos vasos ou percorrendo cordões em relevo, colocados por baixo do bordo ou sobre o bojo; ou a pequenos mamilos dispostos ao longo dos bordos *(Est. L, 1, 3)*. Só um pequeno número de fragmentos, geralmente de pasta muito grosseira, apresenta decoração incisa do tipo da chamada *cerâmica das covas (Est. L, 1);* dois pequenos fragmentos *(Est. L, 5)* apresentam toda a superfície decorada com *fossettes;* apenas um pequeno fragmento *(Est. L, 6)* apresenta decoração que sugere a de vaso campaniforme, mas é demasiado pequeno, para uma análise satisfatória.

3 — OBJECTOS DE ORNAMENTAÇÃO OU «PARURE»

Poucos e pobres são os objectos a que podemos atribuir este destino. Entre eles destaca-se o exemplar representado na *Est. XLIII, 4*, constituído por um seixo espalmado com decoração pontilhada que sugere alguns exemplares de tradição capsense. O orifício aberto na parte superior e um outro junto do bordo (que ficou sem efeito), indicam que se trata dum objecto de suspensão, sem dúvida, uma espécie de medalhão para ser trazido ao pescoço; o exemplar *n.º 5*, representado na mesma *Estampa*, sem vestígios de decoração, devia ter, contudo, um destino idêntico, bem como as conchas *n.os 1, 2 e 3* da mesma *Estampa* todas com perfuração intencional.

4 — OBJECTOS DE OSSO E RESTOS DE ORIGEM ANIMAL

Ainda que os restos de origem animal (ossos de animais diversos e conchas de mariscos) aparecessem sempre em grande abundância, principalmente nas *trincheiras I e II*, o que dá a esta estação, principalmente nalguns sectores, um aspecto de verdadeiro concheiro, são poucos os exemplares com trabalho intencional que conseguimos seleccionar. Apenas os exemplares *n.os 1, 2, 4, 5 e 6* representados na *Est. XLVII* apresentam truncaduras para a obtenção de furadores de osso; as falanges *n.os 3 e 10*, representadas na mesma *Estampa*, ainda que não apresentem vestígios de decoração, podem ter sido usadas como amuleto.

Virgílio Correia quando fez a prospecção desta estação foi mais feliz neste aspecto, tendo conseguido um grupo mais numeroso e mais representativo de objectos de osso.

III — CONCLUSÕES

Apesar de situado sobranceiramente ao antigo ribeiro de Alcântara, a sua posição, no terço inferior da Serra de Monsanto, não lhe dá as condições de defesa necessárias para a podermos classificar de *castro* como o fez Virgílio Correia.

FRAGMENTO DE VASO COM DECORAÇÃO INCISA DO TIPO DA CHAMADA CERÂMICA DAS COVAS.

SEIXO COM DECORAÇÃO PONTILHADA E ORIFÍCIO DE SUSPENSÃO. PENDENTE.

Estamos em presença dum povoado da época neolítica, situado de forma a procurar boas condições naturais — a proximidade da água e boa incidência do sol — mas sem as preocupações especiais de defesa que caracterizam os nossos povoados de tipo castrejo que devem ligar a sua origem ao aparecimento do metal.

Este povoado que possuiu uma população fixa, documentada pelos abundantes resíduos alimentares e pelos vestígios de cabanas que pusemos a descoberto, funcionou, sem dúvida, como um importante centro de exportação e fabrico de objectos de sílex, matéria prima abundante por toda a serra e que nesta estação aparece sempre em quantidades fora do comum, quer em forma de objectos, em forma de núcleos ou das incaracterísticas lascas de *dégagement*.

Porém o que mais impressiona nesta jazida não é tanto a riqueza, mas o carácter do seu espólio, principalmente da sua indústria de sílex. Virgílio Correia surpreendido com o aspecto arcaízante do espólio, onde julgou encontrar «influências madalenenses», procurou explicar esta anomalia pela proximidade da estação paleolítica de *Santana*. Os exploradores do povoado de *Montes Claros* cujo material apresenta grande semelhança com o de *Vila Pouca* (*), igualmente se surpreenderam com o aspecto desconcertante do seu espólio onde, ao lado dum *stock* neo-eneolítico, registaram um espólio com afinidades com as indústrias do Paleolítico Superior e com o Neolítico de tradição capsense do norte de África que os levou a afirmar estarem diante de «qualquer coisa de novo na arqueologia portuguesa».

As sondagens a que procedemos em Vila Pouca, e que constituem o assunto deste estudo, muito virão, sem dúvida, concorrer para uma melhor compreensão das origens e cronologia destas indústrias, já que os objectos caracteristicamente neo-eneolíticos desta estação são raros e, possìvelmente, esporádicos, impondo-se a sua localização num período anterior ao conhecimento do metal.

Observando o espólio recolhido na estação arqueológica de *Vila Pouca* verifica-se, na realidade, que a parte mais importante dele é constituída por uma cerâmica geralmente grosseira e por uma indústria lítica em que os objectos de sílex com *facies* próprio ocupam, de longe, o primeiro lugar entre os quais são raros os exemplares cuja cronologia ultrapassa o neolítico puro. Na verdade, ao lado de alguns fragmentos de machados polidos de xisto e quartzite, aqueles de formato triangular e estes de secção arredondada, e de raros artefactos que podem ser classificados de pontas de seta, o núcleo principal destas indústrias é constituído por micrólitos trapezoidais, micrólitos triangulares e semi-lunares e um elevado número de pequenas lascas discoidais ou de formatos geométricos indefinidos, geralmente com parcelas de bordo finamente retocadas; por um conjunto numeroso de núcleos de vários formatos, mas predominando os de pequenas dimensões, alguns de *tipo tardenoisense;* por grande variedade de raspadeiras nucleiformes, discoidais ou no topo de lâminas ou no bordo de lascas, lembrando alguns exemplares do Paleolítico Superior; uma grande predominância de lamelas de secção triangular ou trapezoidal sem retoque marginal ou com os bordos laterais parcialmente retocados, entre as quais algumas com entalhes ou com truncadura oblíqua retocada; um conjunto de pontas talhadas grosseiramente na extremidade de lâminas ou de lascas, retocados no bordo, por vezes, apenas parcialmente; punções e furadores talhados igualmente na extremidade de lâminas ou lascas, alguns dos quais, porém, com o perfurador cuidadosamente retocado em ambas as faces; um conjunto muito numeroso de lascas de espessuras e dimensões diversas com retoque marginal, total ou parcial, entre as quais se notam alguns exemplares com retoque bifacial de sabor solutroide; outros exemplares apresentam-se como tentativas, mais ou menos felizes ou mais ou menos frustradas, de

(*) *Montes Claros,* deve, porém, ter sobrevivido a *Vila Pouca,* pois o conjunto de objectos neo-eneolíticos é muito maior e mais definido. Também a presença naquela de cerâmica campaniforme que, em *Vila Pouca,* apenas está documentada por um pequeno e, possìvelmente, esporádico fragmento, atribui-lhe uma cronologia mais recente ou, pelo menos, uma mais longa sobrevivência.

fabrico de determinados objectos (buris, furadores ou pontas mal afeiçoadas). E ainda um conjunto de artefactos nucleiformes, lembrando tranchetes e picos de sabor campinhense, entre os quais se destacam alguns exemplares que se podem considerar verdadeiros machados lascados e outros que se aproximam de lâminas de bordo toscamente rebaixado. É possível que alguns destes exemplares, cuja cronologia é muito duvidosa, tenham sido, na verdade, deslocados das estações das vizinhanças de cronologia mais antiga.

Ao lado desta indústria lítica arcaizante que, à primeira vista, nos pode fazer pensar numa possível persistência das indústrias anteriores, principalmente de tipo gravetense ou epi-gravetense, ainda vivas quando da chegada dos neolitas, aparece uma indústria cerâmica sempre abundante, ainda que muito fragmentada. Reunimos alguns exemplares onde se nota um perfil mais ou menos angular (vasos de corpo cilíndrico, curto e fundo esférico), exemplares em forma de prato de vaso de flores ou em forma de calote esférica. Vários fragmentos de bordos que conseguimos reunir, indicam que estes eram, por vezes, denteados, mas, mais frequentemente, lisos, adelgaçados ou espessos, por vezes levemente divergentes ou convergentes, outras, moldados em forma de bisel. A decoração é rara e, quando existe, reduz-se a cordões com impressões digitais, mamilos ou *fossettes*, apresentando, alguns fragmentos, decoração incisa, lembrando a cerâmica de algumas estações neolíticas do Maghreb Marroquino.

Quanto a nós o carácter aberrante destas indústrias não pode ser explicado apenas como um aspecto arcaizante, fruste e imperfeito, desde há muito notado pelos arqueólogos nas estações dos arredores de Lisboa; nem tão pouco nos parece poder atribuir-se a um possível conjunto de objectos inacabados, próprios dum centro oficinal; ou ainda à deslocação, a partir de outras jazidas de cronologia anterior, como sugeria Virgílio Correia. A unidade que envolve todo o conjunto e o facto destas mesmas características se repetirem noutras estações arqueológicas das proximidades exige uma explicação menos simplista. Parece, pois, que se deu nesta, como noutras estações similares das proximidades de Lisboa, consideradas neolíticas ou neo-eneolíticas, um fenómeno idêntico ao que se verifica no neolítico de tradição capsense do norte de África: persistência das indústrias líticas ancestrais, fabrico de cerâmica e uma economia fundada ali, principalmente no pastoreio e na caça, aqui, mais directamente, na caça e na colheita de moluscos, esta largamente documentada pela presença de grandes quantidades de conchas de mariscos que fizeram de alguns sectores desta estação verdadeiros concheiros.

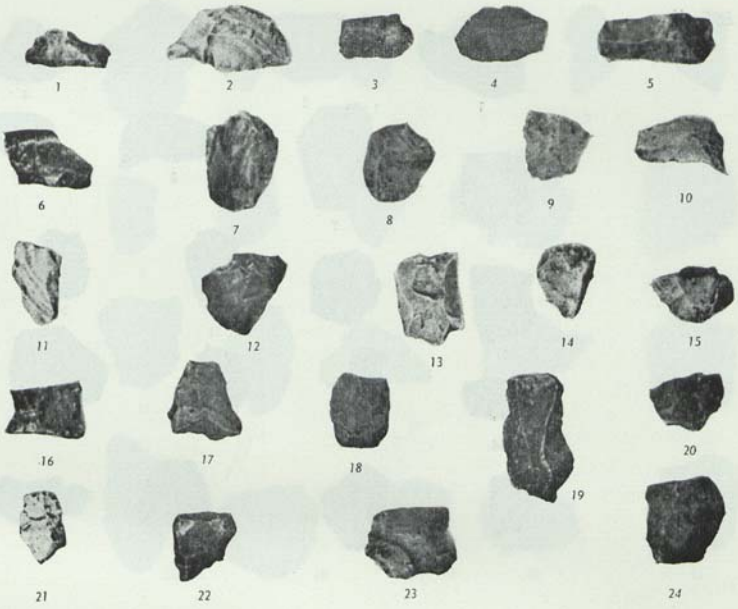
Ainda que possamos considerar este neolítico de tipo lisboeta até certo ponto como um fenómeno local, caracterizado pela persistência das indústrias líticas anteriores, algo degeneradas, não pode deixar de nos impressionar o notável grau de parentesco destas indústrias com o neolítico africano de origem capsense. Outro ponto de contacto entre as duas culturas parece residir na pouca importância atribuída por ambas as populações à economia agrícola de que tinham, no entanto, conhecimento — haja em vista as mós primitivas e trituradores recolhidos por Virgílio Correia.

Os povoadores neolitas, ao introduzirem a cerâmica, possìvelmente por via marítima, trouxeram também a sua indústria lítica que, ìntimamente aparentada com as que aqui se encontravam em uso, contribuiu apenas para as enriquecer e acentuar o seu carácter. Esta hipótese da infiltração desta indústria por via marítima parece confirmar-se com a descoberta recente de estações do mesmo tipo no Vale do Sado, nomeadamente a da *Comporta*, ainda por estudar.

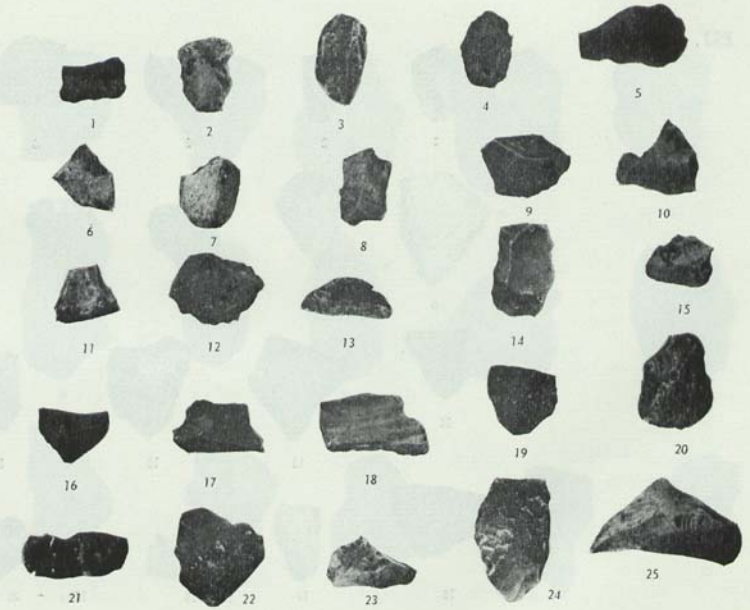
Já que não é possível resolver o problema da cronologia pelo método estratigráfico, devido ao aspecto caótico em que se encontra o espólio, uma análise pelo radiocarbono, logo que seja possível, não será de desprezar. Por agora, porém, parece-nos mais prudente deixar de aferir este conjunto de indústrias pelo padrão europeu e considerá-lo como um neolítico local, onde as influências de tradição epi-gravetense e do neolítico africano não parecem estar ausentes ([10]).

([10]) O *relatório* que serviu de base ao trabalho agora publicado foi redigido e entregue nos Serviços de Museus da C. M. L. em 23 de Novembro de 1962.

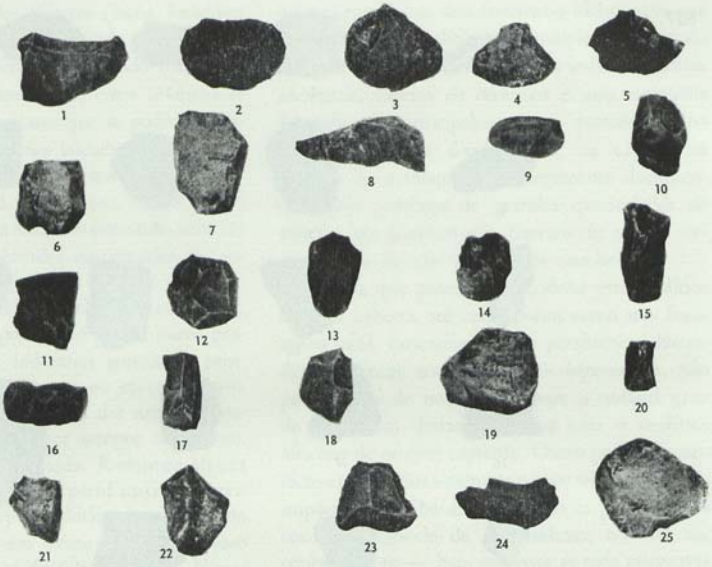
EST. I


1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24

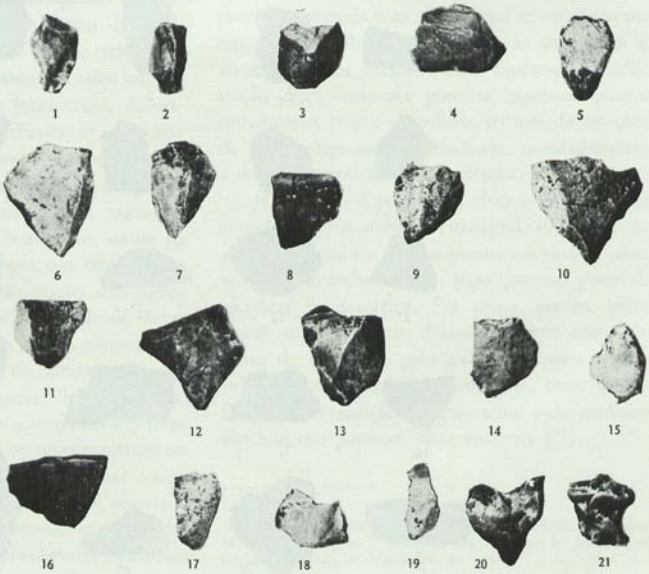
EST. II


1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25

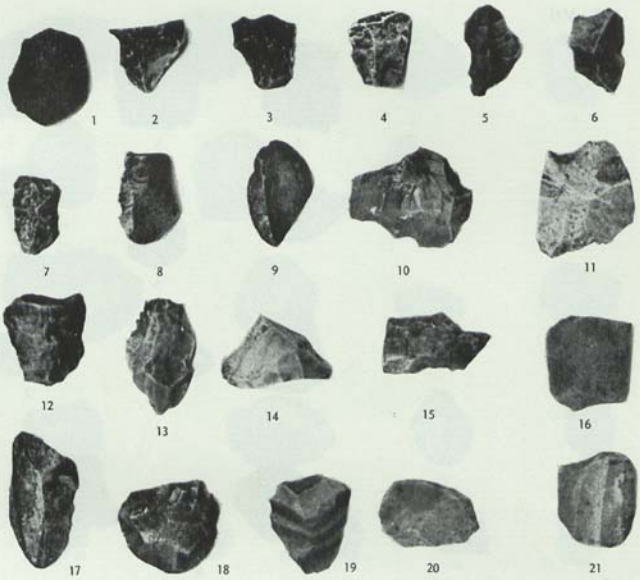
EST. III



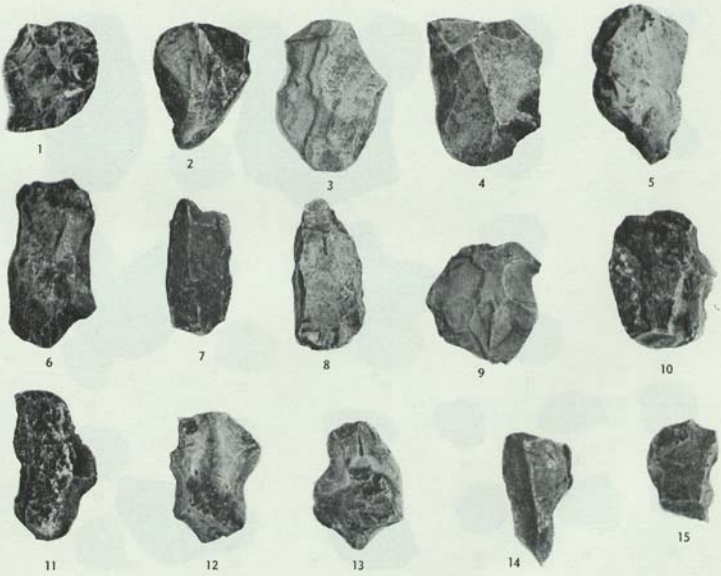
EST. IV



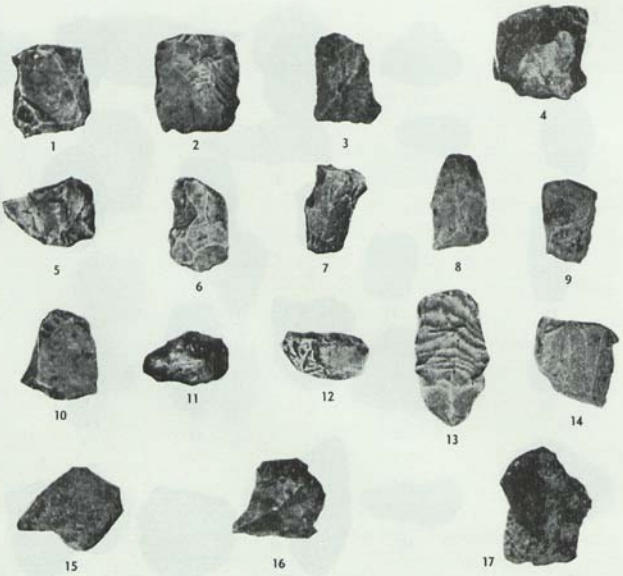
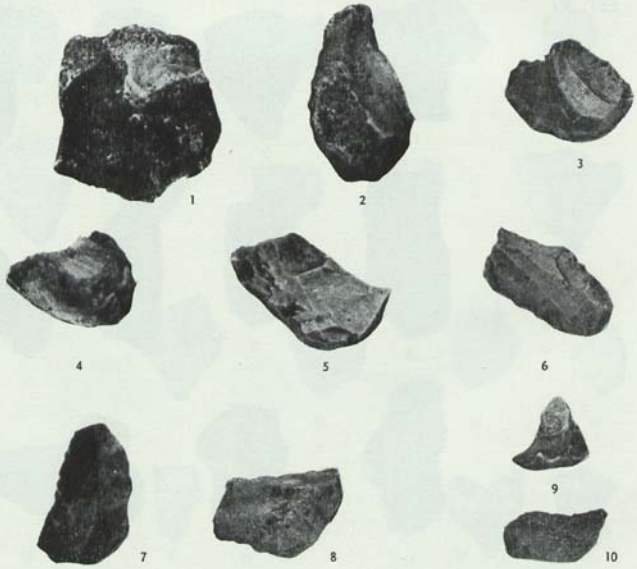
EST. V


1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21

EST. VI


1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15

EST. VII



EST. VIII